

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

O LIVRE MERCADO

E O

CRESCIMENTO ECONÔMICO:

As Evidências no Mundo

Uma Abordagem pelo Índice de Liberdade Econômica

Mariana Marcolin Peringer

Monografia apresentada como requisito à
obtenção do título de bacharel em Ciências
Econômicas

Porto Alegre, 07 de agosto de 2003

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

O LIVRE MERCADO

E O

CRESCIMENTO ECONÔMICO:

As Evidências no Mundo

Uma Abordagem pelo Índice de Liberdade Econômica

Classificação do Assunto Econômico:

Desenvolvimento Econômico e Crescimento

Mariana Marcolin Peringer

Prof. Júlio César de Oliveira

Monografia apresentada como requisito à
obtenção do título de bacharel em Ciências
Econômicas

Porto Alegre, 7 de agosto de 2003

Sumário

Introdução	1
Capítulo I	
O Mercado	4
1 O Conceito de Liberdade	4
2 As Características da Economia de Mercado	7
2.1 O Cálculo Econômico e o Capital	9
2.2 A Soberania do Consumidor	11
2.3 Competição	12
2.4 Interferência Estatal e Sindical no Mercado	15
2.5 A Desigualdade de Riqueza e de Renda	16
2.6 Lucro e Perda Empresarial	17
2.7 Processo de Seleção	19
3 O Indivíduo e o Mercado	20
Capítulo II	
Fontes para o Progresso Econômico	22
1 Propriedade Privada	22
2 Liberdade de Intercâmbio Econômico	24
3 Mercados Competitivos	25
4 Mercado de Capitais Eficiente	27
5 Estabilidade Monetária	29
6 Baixas Taxas de Imposto	31
7 Livre Comércio Internacional	33

Capítulo III

Relação entre Liberdade Econômica e Crescimento Econômico	37
1 Elementos Básicos para Avaliar o Nível de Liberdade dos Países	37
1.1 A Construção do “Índice de Liberdade Econômica”	38
1.2 Os Componentes do “Índice de Liberdade Econômica”	39
A) Tamanho do Governo: Gastos, Tributos e Empreendimentos Públicos	39
B) Estrutura Legal e Segurança dos Direitos de Propriedade	39
C) Moeda e Inflação	40
D) Liberdade para Realizar Trocas com o Exterior	40
E) Regulamentação do Crédito, do Trabalho e dos Negócios	41
1.3 Conceito dos Elementos Centrais que Medem o Progresso Econômico	42
A) Tamanho do Governo: Gastos, Tributos e Empreendimentos Públicos	42
B) Estrutura Legal e Segurança dos Direitos de Propriedade	43
C) Moeda e Inflação	44
D) Liberdade para Realizar Trocas com o Exterior	47
E) Regulamentação do Crédito, do Trabalho e dos Negócios	50
2 A Liberdade Econômica e o Crescimento Econômico pelo ILE	52
Conclusão	57
Anexos	60
Bibliografia	74

Introdução

Este trabalho procura mostrar como alcançar o crescimento econômico através do livre mercado, tendo como base o ponto de vista da escola austríaca.

Para os austríacos, os fenômenos econômicos estão relacionados com a ação dos indivíduos. A Economia é uma ciência da ação humana. Para estes pensadores o método em economia tem que ser individualístico e subjetivista. Opõe-se ao entendimento econômico que hoje se transmite nas escolas que a Economia possa ser explicada em termos das escolhas dos indivíduos e empresas, determinada pela escala de preferência deles e dos recursos existentes. O erro desse entendimento é que não se conhecem os gostos e preferências dos indivíduos, uma vez que eles não podem fazer parte do modelo, pois também têm que ser explicados no modelo.

Para os austríacos, os conhecimentos são imperfeitos e incompletos. Tem que se considerar, ao estudar economia, que os indivíduos e as empresas aprendem as coisas no

próprio processo econômico. E isso é realizado dentro do mercado. As empresas, por exemplo, não sabem se vão ter lucro ou prejuízo. Ninguém sabe, no global, qual a tecnologia que existe, ela muda a toda hora. Ela faz parte do modelo econômico. Quanto mais competitiva for uma economia, mais bens e serviços aparecem a todo o momento. Hoje existe a lâmina de barbear, amanhã o barbeador. Noutro a máquina de datilografia, depois o computador a substitui. Aliás, este é o conhecimento de antemão. Ninguém sabe o que vai ser no dia de amanhã. O avanço científico, impulsionado pela necessidade de satisfazer os desejos e necessidades do elemento humano muda a todo o momento. O empresário é uma pessoa alerta para satisfazer os desejos dos consumidores. Este grau de atenção faz parte do estudo da economia para os pensadores austríacos. Tudo funciona num processo espontâneo que se conhece pelo nome de mercado. É a ação do indivíduo que dá vida, a todo instante, aos novos bens e serviços. E quanto mais dinâmica for uma economia, mais empresas novas nascem e mais empresas velhas morrem, em um constante processo de “Destruição Criadora”, a la Schumpeter). Esta é a economia que realmente existe. E não aquela que pressupõe que se conhecem os gostos dos indivíduos, a tecnologia que se encontra no mercado, os preços e as quantidades consumidas e assim por diante.

Na verdade, se soubesse essas coisas, o governo poderia ser um provedor de bens e serviços com eficiência. Não se precisaria do grau de alerta empresarial, do estímulo aos indivíduos para descobrir as coisas, dos preços e das quantidades que são consumidas a cada momento, entre outras coisas. Só que esse não é o mundo que existe na prática. Quando se substitui esse mundo por idêntico ao que existe nas ciências naturais, vira um caos. Elimina-se o alerta dos empresários, o estímulo às novas descobertas. A economia é uma ciência da ação humana e não da alocação eficiente dos recursos. Não há, ademais, o equilíbrio perfeito. Há uma tendência ao equilíbrio, provocada pela ação humana de dirimir o desconforto. O mercado, além disso, é totalmente imperfeito. O equilíbrio é obtido por erros e tentativas. Mas, quando se tenta substituir esta “imperfeição” (a mão invisível de Adam Smith), pela “perfeição da ação estatal” (a mão visível do estado) nota-se que a imperfeição é muito maior. Tem que se reconhecer que não há o conhecimento perfeito em economia. Perfeito no sentido matemático.

Para o austríaco, as estimativas matemáticas não têm relevância. A aplicação da matemática em economia é ilusória e geralmente leva o estudante a confundir o método

das ciências físicas com o das ciências sociais, das quais a economia faz parte. Em economia é suficiente o conhecimento de que determinada ação vai, por exemplo, resultar em aumento ou redução da atividade econômica, da renda ou dos empregos. Não se precisa, nem se consegue medir, em números o quanto eles vão ser maiores ou menores. Na economia, o homem toma a iniciativa. Ele não responde passivamente aos estímulos externos. Quando o governo cria moeda em demasia, por exemplo, a moeda começa a perder o valor. Os indivíduos, para não sofrer prejuízos, reduzem o estoque de dinheiro que mantém em seu poder. Isso reduz ainda mais o valor do dinheiro no mercado, ou seja, gera inflação. Na inflação, não são os preços que sobem, é a moeda que perde o valor. Por isso, para a economia austríaca, é mais importante a mudança que ocorrem nos preços, nas produções, no conhecimento tecnológico, nas expectativas dos indivíduos, do que esses fatores propriamente ditos ou o preço deles.

Este trabalho é dividido em três capítulos. No Capítulo I definem-se as características do Mercado, ou do Livre Mercado, segundo a teoria austríaca. No Capítulo II, mostram-se os determinantes mais diretos que levam ao crescimento dos países segundo a ótica do pensamento austríaco: propriedade privada, liberdade de intercâmbio econômico, mercados competitivos, mercado de capitais eficiente, estabilidade monetária, baixa carga tributária e livre comércio internacional. O Capítulo III relaciona a liberdade econômica ao crescimento econômico. Esses dois itens estão diretamente correlacionados e isto é mostrado, nesse capítulo, através do “Índice de Liberdade Econômica” de Gwartney, Lawson e Block. O fato é que falar sobre liberdade econômica é fácil, difícil é medi-la. Pode-se, porém, através desse índice, ter uma idéia razoável do quanto liberal é um mercado ou do quanto intervencionista é um governo e, a partir dos seus elementos, relacioná-lo às possibilidades de progresso econômico dos países. Pode-se, também, através da evolução dos parâmetros de liberdade econômica, ter uma idéia se o país é progressista economicamente ou não. Através do seu conjunto, poder-se-á concluir, conforme a teoria austríaca, se o livre mercado, entendido como liberdade política e liberdade econômica ou como a ausência de privilégios e como igualdade perante a lei, é o sistema que mais favorece a prosperidade e a formação de riqueza.

Capítulo I:

O Mercado

Este capítulo fala das características do Livre Mercado, segundo o ponto de vista da escola austríaca. Antes disso, porém, o Capítulo I traz a definição do conceito liberdade, indispensável para se entender suas características e conclui mostrando a relação do indivíduo com o automatismo do mercado.

1 O Conceito de Liberdade

“Liberdade: Entendida como ausência de coerção de indivíduos sobre indivíduos, isto é, que a ninguém seja permitido recorrer à força ou à fraude para obrigar ou induzir alguém a fazer o que não deseja” (Donald Stewart Jr., 1988, 89).

O Liberalismo é uma doutrina filosófica que prega a liberdade individual como meta de ação dos indivíduos. Implica liberdade para agir desta ou daquela maneira, sem barreiras externas que tolham os movimentos individuais.

A idéia de Liberdade é muito antiga. Historicamente, a filosofia do Liberalismo pode ser encontrada antes dos profetas Hebreus, dos ensinamentos dos filósofos pré-socráticos ou dos Sermões da Montanha. Pregavam a liberdade individual, ensinando que o indivíduo deveria estar livre da subserviência ao grupo, que podia, por exemplo ser representado pelo Estado ou por quaisquer leis legais ou expostas pelos costumes ou por autoridades.

A história mostra que os indivíduos sempre clamaram por liberdade. No decorrer do tempo, a filosofia liberal voltou-se para proteger os indivíduos das arbitrariedades externas que limitavam a completa realização das suas potencialidades.

A liberdade individual era necessária para que o comércio e a indústria pudessem crescer e se desenvolver. Nasceu das leis do mercado. Contrário ao Mercantilismo, que prega a intervenção do Estado na vida dos indivíduos, a tal ponto de controlar minuto a minuto os seus atos econômicos, o Liberalismo pregava, por outro lado, que as ações no mercado deveriam estar libertas do jugo estatal para que a produção, a renda e os empregos pudessem crescer com todo seu potencial.

A idéia de livre mercado, no entanto, tem sido mal entendida. Tem sido considerada como uma instituição onde as operações têm que ser feitas de forma completamente afinadas, que resultem num equilíbrio perfeito, numa sintonia perfeita em tudo. O livre mercado não promete isso, tampouco a ciência econômica.

O pensamento liberal prega que, quando se tenta substituir as imperfeições do mercado, pelas operações dirigidas pelo Estado, os desequilíbrios tornam-se muito maiores, chegando há existir uma diferença entre a riqueza de um lado dada pela economia de mercado e a pobreza, de outro, pelo dirigismo estatal.

Hayek diz, no seu “Caminho da Servidão”, que além da pobreza, o estatismo, nas suas diferentes formas, também traz a perda da liberdade:

“...a experiência me vem tornando cada vez mais evidente que as conseqüências imprevistas mas inevitáveis da planificação socialista criam um estado de coisas em que, persistindo a mesma orientação, as forças totalitárias acabarão dominando. Saliento explicitamente que o socialismo só pode ser posto em prática mediante a utilização de métodos que a maior parte dos próprios socialistas desaprova... O mais grave dessa evolução é o crescimento da coerção administrativa arbitrária e a progressiva destruição do estado de Direito, fundamento da liberdade... nascendo um despotismo exercido por uma burocracia conscienciosa e honesta, em prol daquilo que ela sinceramente acredita ser o bem do país... mas que acaba redundando em fracasso e no mal” (Friedrich von Hayek, 1984, 18).

Para Mises (1990), a Liberdade não faz sentido se não se referir às relações humanas. “Um homem é livre na medida em que lhe seja permitido escolher os seus fins e os meios a empregar para atingi-los” (Mises,1990, 276). Alguns filósofos já falaram de um indivíduo do tipo “Robinson Crusoe”, vivendo sozinho no mundo, antes da existência de relações sociais, que era livre na medida em que não encontrava um outro ser mais forte, que o pudesse subjugar, retirar seu alimento ou usá-lo como alimento, na luta biológica da sobrevivência da espécie.

Na economia austríaca, porém, a Liberdade só tem sentido no contexto social, no contexto da ação humana. Nesse sentido, a Liberdade refere-se à situação na qual um indivíduo tem a possibilidade de escolher entre modos de ação alternativos.

A Liberdade de um homem é rigidamente restrita pelas leis da natureza e pelas leis praxeológicas.¹ A Praxeologia sabe que o homem não pode pretender atingir fins incompatíveis entre si. As leis da natureza tiram a sua liberdade de ir ao cinema e assistir ao jogo do seu time pela TV em casa, se o tempo for o mesmo e os lugares diferentes. A praxeologia limita a escolha entre adquirir um carro ou passar as férias, por exemplo, nos Estados Unidos com a família, se o seu orçamento não comportar a soma dos dois prazeres.

O desrespeito às leis da natureza, porém, são diferentes do desrespeito as leis praxeológicas. Um homem que ingere veneno, por exemplo, só prejudica a si mesmo. Um homem que recorre ao roubo para atender as suas necessidades de gasto, prejudica toda a ordem social. O ato é um crime porque tem efeitos prejudiciais para toda coletividade. Além de não ser uma ação espontânea, onde ambas pessoas querem a realização do ato, no roubo apenas uma pessoa quer — o ladrão — enquanto a outra não quer — a vítima. Se todos acharem que podem roubar, acaba a cooperação social e os seus benefícios.

¹ Praxeologia: Ciência da ação humana.

Nasce, nesse momento, o poder de coerção do Estado na sociedade moderna: para evitar a “lei dos mais fortes”, o homem deve ser amparado por um conjunto de regras, denominados de leis e regulamentos. Mas o homem não deixa de ser livre por que um conjunto de leis o impede de matar ou de roubar outro homem. O aparato do governo é feito para que o sistema de mercado, segundo o liberalismo, possa funcionar de maneira mais perfeita. Nesse caso, só é reprimida a conduta capaz de provocar desintegração da cooperação social e da civilização, que viessem a colocar o homem de volta ao primitivismo selvagem. Na economia de mercado, os indivíduos são livres para escolher entre as diversas possibilidades de ação, sem ser reprimido pela ameaça de punição, se os seus atos não forem agressivos, que a outra parte não seja forçada, pela lei do mais forte, a aceitar o negócio.

2 As Características da Economia de Mercado

A economia de mercado é o sistema social baseado na divisão do trabalho e na propriedade privada dos meios de produção. Cada indivíduo em uma economia de mercado é ao mesmo tempo um meio e um fim; um fim último em si mesmo e um meio para que outras pessoas possam atingir seus próprios fins.

Este sistema é guiado pelo mercado. O mercado orienta as atividades dos indivíduos e o Estado não interfere nas atividades de produção dos cidadãos. O Estado utiliza seu poder exclusivamente com o propósito de evitar que as pessoas empreendam ações lesivas à preservação e ao funcionamento regular da economia de mercado. O indivíduo é livre neste sistema e o mercado comanda tudo; por si só coloca em ordem todo o sistema social, dando-lhe sentido e significado.

Segundo Mises, o mercado não é um local e sim um processo, impulsionado pela interação de ações dos vários indivíduos que cooperam sob o regime da divisão do trabalho. As forças que determinam a situação do mercado são os julgamentos de valor dos indivíduos e suas ações baseadas nesses julgamentos de valor. A situação do mercado num

determinado momento é a estrutura de preços. Todo fenômeno de mercado pode ser rastreado até as escolhas específicas feitas pelos membros da sociedade.

“Na sociedade livre, a cooperação entre estranhos é feita através do mercado, permitindo assim que o homem cujos valores e propósitos sejam diferentes possam cooperar entre si sem que haja necessidade de acordo quanto aos objetivos de cada um. (...) O Mercado não é uma local (...) é um processo de transmissão de informações, informações que são representadas pelos preços. As pessoas ao comprarem ou deixarem de comprar um produto estão dando uma informação” (Stewart Jr, 1988, 46).

O processo de mercado é o ajustamento das ações individuais dos vários membros da sociedade. Os preços de mercado informam aos produtores o que produzir, como produzir e quanto produzir.

Numa sociedade baseada na propriedade privada dos meios de produção, se alguns desses meios são operados por um ente público, desde que não intervenha nas operações do mercado, isto não alterará as características essenciais da economia de mercado. Se as empresas estiverem sujeitas à soberania do mercado ou precisarem se empenhar para obter lucro, mantém-se a estrutura básica do capitalismo.

O cálculo econômico é a base intelectual da economia de mercado. Os objetivos perseguidos pela ação em qualquer sistema baseado na divisão do trabalho não podem ser alcançados sem o cálculo econômico.

2.1 O Cálculo Econômico e o Capital

A economia de mercado é toda baseada no cálculo econômico. E este cálculo econômico é feito em moeda. A partir dele, pode-se dizer que a economia tende ao equilíbrio, num movimento que caminha em etapas, preenchendo um equilíbrio aqui, outro ali, mas sem nunca alcançá-lo. A escassez de um bem ou de outro levam os indivíduos, motivados pelas oportunidades de ganho, a preencher a escassez, a produzir bens futuros

para que a população não fique sem o produto ou o serviço. Levam-lhes, também, a criar novos bens que supram as necessidades dos indivíduos e a inventar novas formas de fabricação que resultem em redução de custos e em métodos mais rápidos e eficazes para suprir as necessidades existentes no mercado. Muitas dessas invenções surgem, até, imperceptivelmente, como é o caso quando se inventa um novo processo de se fazer a barba, a exemplo dos barbeadores elétricos, ou outra forma mais eficaz de se escrever, como foi o caso da invenção dos computadores. Por isso, os economistas austríacos costumam dizer, assim como Schumpeter também definia o processo de inovação tecnológica, que quanto mais inventiva uma economia for, mais empresas vão morrer e mais empresas vão nascer, “numa destruição criadora e benéfica para a humanidade”. Schumpeter coloca os lucros como fonte da inovação: “Sem inovação, não há empreendedores, sem empreendedores, não há lucros, sem lucros não há progresso” (Schumpeter, 1939, 1033).

No cálculo econômico, os indivíduos, para colocarem os bens futuro à disposição do público, tem que calcular as possibilidades de sucesso, assumir riscos, avaliar as perdas e os ganhos. É isso que movimenta e dá vida à economia.

“O cálculo econômico é a base intelectual da economia de mercado. Os objetivos perseguidos pela ação em qualquer sistema baseado na divisão do trabalho não podem ser alcançados sem o cálculo econômico. A economia de mercado calcula em termos de preços e moeda... A economia de mercado é uma realidade porque é capaz de calcular” (Mises, 1994, 19).

As sociedades utilizam ferramentas que, primeiramente, as ajudam a obter alimentos. Depois descobrem métodos de aumentar sua quantidade de alimentos disponíveis e finalmente, querem satisfazer seus desejos mais urgentes entre aqueles que são especificamente humanos. Mises e Bohm-Bawerk assim descreveram este processo:

“O homem escolhe métodos indiretos de produção que requerem mais tempo, mas que compensam este atraso por gerarem produtos mais abundantes e de maior qualidade” (Bohm-Bawerk, in Mises, 1987, 22).

“A poupança e a acumulação de bens de capital estão na origem de qualquer tentativa do homem de melhorar suas condições de vida; são a base da civilização humana” (Mises, 1966, 28).

Para Schumpeter (1939), o capital é nada mais do que a alavanca com a qual o empresário subjugava ao seu controle os bens concretos de que necessita para levar a cabo as inovações. Em outros termos, o capital consiste em um meio de desviar os fatores de produção para novos usos, ou de ditar uma nova direção para a produção.

Mises, traça uma linha divisória entre os bens de consumo que ele pretende utilizar para imediata satisfação de seus desejos e os bens de todas as ordens, que ele pretende utilizar no futuro, para satisfação de futuras necessidades. O capital - conjunto de bens a ser investido considerado em termos monetários – é o ponto de partida do cálculo econômico. O montante que pode ser consumido num determinado período de tempo sem diminuir o capital é chamado de renda. Se o consumo é maior do que a renda, diz-se estar havendo um consumo de capital. Se a renda disponível é maior do que o montante consumido, esta diferença é chamada de poupança. Entre as tarefas principais do cálculo econômico está o estabelecimento da magnitude da renda, da poupança e do consumo de capital.

Todo o indivíduo tem noção dos conceitos de capital e renda em qualquer premeditação e planejamento da ação. As pessoas que tem condições de recorrer ao cálculo monetário podem perceber com nitidez a distinção entre recursos econômicos e as vantagens que deles derivam, e podem aplicar esta distinção a todas as classes, tipos e ordens de bens e serviços.

O conceito capital é inseparável do contexto do cálculo monetário e da estrutura social de uma economia de mercado. Segundo Mises, o Capital é um conceito que não tem nenhum sentido fora das condições de uma economia de mercado.

Todas as civilizações, até os dias de hoje, que foram baseadas na propriedade privada dos meios de produção alcançaram um elevado bem-estar social a sua população. Não há nenhuma experiência que mostre que o socialismo proporcionou um padrão de vida tão elevado quanto o capitalismo. Mas o sistema de economia de mercado (ou o capitalismo) nunca chegou a ser tentado de forma completa e pura. As críticas que socialistas fazem à economia de mercado são puramente de ordem econômica e só podem ser tratadas por uma análise da ação humana.

A economia de mercado é um modo de agir, fruto da ação do homem sob a divisão do trabalho. É o resultado dos esforços do homem para ajustar sua ação, da melhor maneira possível, às condições dadas de um meio que ele não pode modificar. A análise dos problemas da sociedade de mercado, a única forma de ação humana na qual o cálculo pode ser aplicado para planejar a ação, abre o caminho para a análise de todos os modos de ação e de todos os problemas econômicos. O conceito de capitalismo, como conceito econômico, significa economia de mercado.

2.2 A Soberania do Consumidor

A direção de todos os assuntos econômicos, na sociedade de mercado, é uma tarefa dos empresários, no entanto, quem determina o como agir são os consumidores. Não são os empresários, nem os agricultores, nem os capitalistas que determinam o que deve ser produzido, mas sim os consumidores.

Os consumidores prestigiam as lojas nas quais podem comprar o que querem pelo menor preço. Ao comprarem e ao se absterem de comprar, os consumidores decidem sobre quem deve possuir e dirigir o comércio, a indústria, as fábricas, as fazendas e os serviços. Os consumidores determinam precisamente a quantidade e a qualidade do que deve ser produzido. Os capitalistas, empresários e proprietários de terra só podem preservar e aumentar sua riqueza ao satisfazer melhor os desejos dos consumidores.

Os consumidores determinam não apenas os preços dos bens de consumo, mas também os preços de todos os fatores de produção. Determinam os juros, o câmbio, os salários e os lucros. Determinam a renda de cada membro da economia de mercado. O sucesso dos capitalistas, numa autêntica economia de mercado, é o resultado de conseguir atender melhor os desejos do consumidor. Dessa forma, segundo a teoria austríaca, os proprietários dos fatores materiais de produção e os empresários são virtualmente mandatários ou homens de confiança dos consumidores.

2.3 Competição

O termo competição, quando aplicado às condições de vida animal, significa rivalidade que se manifesta na busca de alimento, significa uma competição biológica. A competição biológica não deve ser confundida com a competição social, isto é, o esforço dos indivíduos para obter uma posição mais favorável no sistema de cooperação social. A competição social, conseqüentemente, está presente em qualquer forma concebível de organização social.

Na economia de mercado, a competição se manifesta no fato de que os vendedores devem superar uns aos outros pela oferta de bens e serviços melhores e mais baratos, enquanto que os compradores devem superar uns aos outros pela oferta de preços mais altos. Ao lidar com esta espécie de competição social, que pode ser chamada de competição cataláctica, deve-se precaver de algumas idéias difundidas.

Os economistas clássicos eram favoráveis à abolição de todas as barreiras comerciais que impediam as pessoas de competir no mercado. Medidas restritivas, explicam eles, protegem o homem menos eficiente contra seu rival mais eficiente. Em suma, restringem a produção e rebaixam o padrão de vida. A fim de que todos prosperem, os economistas austríacos afirmam, a competição devia ser livre para todos. Nesse sentido, estavam referindo-se à livre competição, que não têm qualquer relação com o problema cataláctico da competição.

A competição cataláctica, um dos traços característicos da economia de mercado, é um fenômeno social. A entrada num determinado setor industrial é virtualmente livre aos recém-chegados somente na medida em que estes superem aos desejos dos consumidores.

Alguns afirmam que ninguém pode concorrer com grandes empresas, que são muito grandes e muito poderosas. Entretanto, a Competição não significa que qualquer um

possa prosperar simplesmente pela imitação do que outras pessoas fazem. Significa, isto sim, a possibilidade de servir os consumidores através da oferta de algo melhor e mais barato.

Segundo a economia austríaca, a competição cataláctica não deve ser confundida com disputas esportivas ou com concursos de beleza. A função social da competição cataláctica é garantir a maior satisfação possível do consumidor numa dada situação das condições econômicas.

É comum condenar o fato de a competição cataláctica não oferecer a todos a mesma oportunidade, que o começo é muito mais difícil para um menino pobre do que para o filho de um homem rico. Mas os consumidores não estão interessados em saber se aqueles que o servem começaram suas carreiras em condições de igualdade. Seu único interesse é assegurar a melhor satisfação possível de suas necessidades. Como, nesse sistema, o sistema de transmissão hereditária funciona melhor, eles o preferem em vez de preferirem outros sistemas menos eficientes.

O termo competição é empregado, às vezes, como antítese de monopólio. No entanto, o termo monopólio é aplicado com significados diferentes que precisam ser diferenciados.

Nessa teoria, a primeira conotação de monopólio significa um estado de coisas no qual o monopolista, seja ele um indivíduo ou um conjunto de indivíduos, tem o controle exclusivo de algo que é vital para as condições de sobrevivência do homem. Esse tipo de monopólio não tem nenhuma relação com uma economia de mercado. Por exemplo, um estado socialista universal exerceria esse monopólio absoluto e total: de um ditador universal que tenha o poder da produção e distribuição total dos bens e serviços no mundo.

A segunda conotação de monopólio difere da primeira na medida em que descreve uma situação compatível com as condições de uma economia de mercado, segundo o estudo austríaco. Um monopolista, neste caso, é um indivíduo, ou um grupo de indivíduos agindo coordenadamente, que tem o controle exclusivo da oferta de uma ou poucas determinadas mercadorias. Quando se define o termo monopólio dessa maneira, o

monopólio está por toda parte. Os produtos de cada indústria de transformação são mais ou menos diferentes uns dos outros. Excetuando-se certas matérias-primas, gêneros alimentícios e outros produtos de uso corrente, esse tipo de monopólio está por toda parte no mercado.

Seja como for, a ciência econômica, dada pelos postulados austríacos, diz que o mero fenômeno do monopólio não tem significado ou importância para o funcionamento do mercado e para a determinação de preços.

O monopólio, nessa segunda acepção da palavra, torna-se um fator para a determinação dos preços somente se a curva da demanda do produto monopolizado tiver uma forma específica. Se as condições são de tal ordem que o monopolista possa assegurar para si maiores receitas líquidas, ao vender uma quantidade menor de seu produto por um preço mais elevado, em vez de vender uma quantidade maior por um preço mais baixo, então este é um preço monopolístico. Mas nem sempre é assim. Se as receitas líquidas forem altas, outros produtores ou comerciantes vão entrar no mercado e baixar o preço. E isso só não vai ocorrer, se houver leis ou normas burocráticas impedindo isso. Os preços de monopólio são, de fato, um importante fenômeno do mercado, mas o monopólio em si só tem importância se puder resultar na formação de preços mais elevados.

De outra parte, chama-se de preços competitivos aqueles que não são de monopólio. A competição é um fator para determinação de preços monopolísticos, tanto quanto o é para a determinação de preços competitivos. Quanto mais alto o monopolista fixa o preço pelo qual está disposto a vender, maior será o número de compradores potenciais que usarão seu dinheiro para comprar outros bens. Mas, para a economia austríaca, toda mercadoria no mercado, compete com todos os bens e mercadorias.

Assim há quem sustente que a teoria cataláctica dos preços não serve para o estudo da realidade porque nunca houve competição “livre” ou porque, pelo menos hoje em dia, ela não existe mais. Embora a competição cataláctica venha, de fato, sendo seriamente restringida, essa restrição não impede que a economia de mercado continue operando, que faça o seu papel, como determina a ciência. Em síntese, segundo a escola austríaca, quem causa os maiores prejuízos para o funcionamento mais harmonioso da economia de

mercado não são os monopólios ou duopólios, mas a interferência do governo e dos sindicatos. Essa interferência não impede de competição cataláctica funcionar, mas reduz drasticamente a produtividade do trabalho, com queda da produção, da renda e dos empregos potenciais, conforme tenta-se mostrar na última parte do trabalho.

A interferência no campo econômico por governos e sindicatos com políticas que afetam a economia de mercado, muitas vezes têm o objetivo claro de substituir o capitalismo por um sistema socialista de planejamento, no qual não haja mais competição cataláctica.

2.4 Interferência Estatal e Sindical no Mercado

A escola austríaca diz que o conceito de liberdade só faz sentido na medida em que se refere às relações inter-humanas. Existe um papel para o governo na economia. Na medida em que a intervenção estatal se dá na limitação do emprego da violência à supressão e prevenção de atividades anti-sociais, prevalece aquilo que, razoável e significativamente, pode ser chamado de liberdade. Tal coerção não restringe o poder de escolha do homem.

Na economia de mercado, numa organização social do tipo *laissez-faire*, há um campo onde o indivíduo é livre para escolher entre as diversas possibilidades de ação, sem ser reprimido pela ameaça de punição. As escolhas dos indivíduos no mercado não podem ser tolhidas pelas ações do estado. É isso que deve ser entendido quando se define liberdade como a condição de um indivíduo no contexto de uma economia de mercado.

Cobrar tributos dos cidadãos para pagar despesas do estado é inteiramente compatível com a liberdade que um indivíduo desfruta numa economia de livre mercado. É necessário enfatizar este fato porque o governo, nas últimas décadas, parece que vem empregando o poder de tributar para destruir a economia de mercado.

Liberdade e autonomia são condições asseguradas ao homem na sociedade por contrato. A cooperação social num sistema de propriedade privada dos meios de produção significa que, no âmbito do mercado, o indivíduo não é obrigado a obedecer e a servir nenhum soberano. A troca de bens e serviços depende de outros membros da sociedade, mas essa dependência é mútua. O comprador depende do vendedor e o vendedor depende do comprador.

O fato é que o lojista tem liberdade para ser rude com seus clientes, mas terá de arcar com as conseqüências. O membro de uma sociedade por contrato é livre porque ele só serve os outros ao servir a si mesmo. O que limita é apenas o inevitável fenômeno natural da escassez. No mais, tem plena liberdade de ação no âmbito do mercado. Não há outro tipo de liberdade e autonomia diferente daquela proporcionada pela economia de mercado.

A doutrina socialista prega que a economia de mercado assegura liberdade somente a uma classe de exploradores, que ela denomina de burguesia. Argumenta que, no socialismo, o trabalhador desfrutará da liberdade e da dignidade porque não será mais escravo de um capitalista.

Mas segundo o ponto de vista austríaco, a liberdade do homem no regime capitalista é fruto da competição. Na economia de mercado, cada indivíduo é o árbitro supremo no que diz respeito à sua própria satisfação. Nenhum governo e nenhuma lei civil podem garantir ou propiciar um clima de liberdade, a não ser pela defesa e sustentação das instituições fundamentais em que se baseia a economia de mercado. Governo, segundo a teoria austríaca, significa sempre coerção e compulsão e, por necessidade, é o oposto de liberdade. Por isso, advoga o controle do poder do governo.

2.5 A Desigualdade de Riqueza e de Renda

Segundo os postulados austríacos, a desigualdade de riqueza e de renda é uma característica essencial da economia de mercado. Aliás, a desigualdade, no seu aspecto geral, é uma característica normal. Uma pessoa jamais é igual a outra, seja física, intelectual ou humoristicamente. Portanto, a tarefa consiste meramente em descrever o papel da desigualdade no quadro da sociedade de mercado.

Nenhum sistema de divisão social do trabalho pode prescindir de um método que torne os indivíduos responsáveis por sua contribuição ao esforço conjunto de produção. Essa responsabilidade, segundo o pensamento liberal, deve ser estabelecida pelo livre mercado com a conseqüente desigualdade de renda e de riqueza.

Em uma economia de mercado, a pressão necessária para obrigar um indivíduo a contribuir para o esforço conjunto de produção é exercida pela estrutura de preços de mercado. Confere à contribuição de cada indivíduo uma recompensa proporcional ao que os consumidores atribuem a essa contribuição.

2.6 Lucro e Perda Empresarial

Lucro é tido como a diferença entre o maior valor atribuído ao resultado obtido e o menor valor atribuído aos sacrifícios feitos para obtê-lo, em outras palavras, é o rendimento menos o custo que se levou para obter esse rendimento. Realizar um lucro é, invariavelmente, o objetivo de toda a ação capitalista. No cálculo monetário, o lucro aparece como um excedente do montante recebido sobre o despendido, enquanto que a perda, como um excedente do montante despendido sobre o recebido.

O empresário, como todo agente humano, é, nesse sentido um especulador. Lida com situações futuras e incertas. A única fonte de onde brota lucro de um empresário é a sua capacidade de antecipar melhor do que outras pessoas o rumo da demanda futura dos consumidores.

Cabe ao empresário determinar a maneira pela qual devem ser empregados os fatores de produção, de forma a agradar os consumidores. Ao fazê-lo, o empresário é guiado somente pelo seu interesse egoísta, mas natural, de realizar lucros e acumular riqueza. Mas não pode iludir a lei do mercado. Para ser bem sucedido, precisa servir melhor os consumidores. Seu lucro depende da aprovação de sua conduta pelos consumidores.

Mas a teoria não confunde lucro e perda empresarial com outras circunstâncias que podem afetar os rendimentos dos empresários. A capacidade tecnológica do empresário não afeta o lucro ou perda especificamente empresarial. Quando a sua própria competência tecnológica contribui para aumentar a rentabilidade de seu negócio e aumentar sua renda líquida, está diante de uma compensação por trabalho prestado.

O empresário mais eficiente do ponto de vista tecnológico ganha mais do que o menos eficiente, sob a forma de rendas, da mesma forma que o trabalhador mais eficiente ganha mais do que o menos eficiente. Mas os lucros e perdas, especificamente empresariais, não são obtidos da quantidade material, em si, produzida. Dependem do ajuste da produção aos desejos mais urgentes dos consumidores. São obtidos na medida em que o empresário acerte, em maior ou menor extensão, ao antecipar o estado futuro do mercado.

Deve-se salientar que o empresário também está exposto a riscos políticos. As políticas governamentais, as revoluções e as guerras podem prejudicar ou arruinar seus negócios. Tais eventos, entretanto, não afetam apenas os empresários: afetam a economia de mercado em si e todos os indivíduos. Mas nem por isso os empresários deixam de existir. Na economia de mercado haverá sempre empresários. As políticas hostis ao capitalismo podem privar os consumidores da maior parte dos benefícios que teriam se as atividades empresariais fossem livres. Mas não poderão eliminar os empresários, a não ser que destruam inteiramente a economia de mercado.

O lucro e a perda empresarial podem ser interpretados, em última análise, da incerteza quanto à futura composição da oferta e da procura. Se todos os empresários fossem capazes de antecipar corretamente o futuro estado do mercado, não haveria lucros

nem perdas. Mas lucros e perdas jamais poderão desaparecer de um mundo sujeito a mudanças, a não ser que esse mundo seja povoado por pessoas oniscientes.

2.6 Processo de Seleção

Cabe-se dar ênfase ao processo de seleção que ocorre no mercado, porque ele é impulsionado pela combinação de esforços de todos os participantes da economia de mercado. Os indivíduos tentam vender no mercado, a preços mais altos, e a comprar, no mercado, a preços mais baixos. A resultante desses esforços é não apenas a estrutura de preços, mas também a estrutura social, que distribuiu as atribuições de tarefas específicas aos vários indivíduos. Faz com que o mercado torne as pessoas ricas ou pobres e determina quem dirigirá as grandes usinas e quem limpará o chão. O processo de seleção não pára nunca. Ninguém pode eximir-se da lei do mercado, da soberania do consumidor.

Dentro desse contexto, a propriedade dos meios de produção não é um privilégio dos ricos: é uma responsabilidade social. Quem não utilizar sua propriedade para servir o consumidor da maneira mais eficiente está condenado ao fracasso.

A teoria austríaca afirma que a seleção feita pelo mercado não instaura ordens sociais ou classes sociais, no sentido marxista do termo. Empresários e investidores não formam uma classe social integrada. Todo indivíduo tem liberdade para se tornar um empresário, se estiver disposto a depender de si mesmo para viver. Mas só terá sucesso se antecipar, melhor do que seus concidadãos, as futuras condições do mercado, e se a sua disposição de agir por conta própria e sob sua responsabilidade for aprovada pelos consumidores. Todos têm a possibilidade de tentar a sorte. Quem quiser iniciar um negócio não precisa esperar que alguém o convide ou encoraje. Deve lançar-se por conta própria e saber como conseguir os meios necessários.

Deve-se enfatizar que, na medida em que o funcionamento do mercado não tenha interferência do governo nem de outros fatores de coerção, o sucesso nos negócios é a

prova de que os serviços prestados aos consumidores foram bem feitos. Em outros termos, um homem se torna empresário ao perceber oportunidades e preencher vazios. Os homens de negócio estão à altura de sua função social de ajustar a produção à demanda mais urgente. Em razão desse mérito, são escolhidos pelos consumidores para liderar a atividade econômica.

3 O Indivíduo e o Mercado

O homem comum costuma falar, num sentido metafórico, das forças automáticas e anônimas que influenciam o mecanismo do mercado. Mas não há nenhum automatismo. Existem, apenas, homens conscientes e que, deliberadamente, visam a atingir os objetivos que escolheram. Não existem misteriosas forças mecânicas. Os princípios da ação humana defendem que existe apenas a vontade humana de diminuir o desconforto.

O mercado é considerado um corpo social. Os fenômenos do mercado são fenômenos sociais. São resultantes da contribuição ativa de cada indivíduo. Nem sempre o indivíduo percebe que ele mesmo é uma parte, embora pequena, do conjunto de elementos que a cada momento determina o estado do mercado. Por não perceber esta realidade, sente-se à vontade para criticar os fenômenos de mercado. Condena o mercado por sua insensibilidade e por seu descaso em relação às pessoas; reclama por um controle social que pudesse “humanizá-lo”.

Os fundamentos da ação humana não fazem diferença entre produtores e consumidores, eles são a mesma pessoa. A produção e o consumo são fases diferentes da ação. Quando se fala de produtores e consumidores, a cataláxia corporifica essas diferenças. Mas, na realidade, são a mesma pessoa. Portanto uma medida de proteção, um privilégio que seja concedido a um produtor é obtido em detrimento de outras pessoas. Se todos os produtores forem privilegiados na mesma medida, todos perdem, como consumidores, o que ganham como produtores.

A regra econômica é que os compradores querem comprar o mais barato possível, independente da origem do artigo ou de algumas características particulares dos produtores. Partindo dessas informações que, cada indivíduo, com suas ações, criam a sociedade em que se vive.

Capítulo II:

Fontes para o Progresso Econômico

Este capítulo fala dos determinantes mais diretos que levam ao progresso econômico segundo a teoria austríaca. Tratar-se da liberdade econômica, na prática. De como ela induz ao progresso econômico. As fontes do progresso econômico, de acordo com essa teoria, são a propriedade privada, a liberdade de intercâmbio econômico, os mercados competitivos, o mercado de capitais eficiente, a estabilidade monetária, as baixas cargas tributárias e as baixas taxas de impostos e o livre comércio.

1 Propriedade Privada

“A propriedade é um direito natural de todos os homens”, dizia o filósofo John Locke, no seu livro “Dois Tratados do Governo” (Locke, 1690, 38). Ele coloca a propriedade privada acima das questões doutrinárias ou partidárias. Mas, mesmo por questões econômicas, ela é um direito praxeológico dos indivíduos. Afinal, retirando a herança e doações, ela é obtida com o fruto das rendas pessoais de cada indivíduo. Ademais, as pessoas se mostram mais dedicadas ao trabalho e usam os recursos mais cuidadosamente no regime de propriedade privada.

A propriedade privada envolve três aspectos: o direito ao uso exclusivo, a proteção legal contra invasores e o direito de transferência. O fato importante sobre a propriedade privada é a estrutura de incentivos que dela emana. Existem quatro razões principais pelas quais essa estrutura promove o progresso econômico.

Primeiro, a propriedade privada encoraja a boa manutenção. Se os proprietários negligenciam a manutenção de suas propriedades, ou permitem que elas sejam danificadas, sofrerão as conseqüências na forma de uma diminuição do seu valor. De outra parte, a boa manutenção de um bem é recompensada. Quando alguma coisa pertence ao governo ou é propriedade comum de um grande grupo, o estímulo para a boa manutenção é mais fraco.

Segundo, a propriedade privada encoraja as pessoas a aprimorar suas propriedades e usa-las de modo produtivo. Com a propriedade privada, os indivíduos têm um forte incentivo para melhorar suas habilidades, trabalhar com mais afinco e de maneira mais organizada, o que contribui para aumentar suas rendas. Quando os empreendimentos proporcionam mais lucros do que gastos, a riqueza dos proprietários privados aumenta.

Terceiro, os proprietários privados têm um forte incentivo para usar seus recursos de modo a beneficiar terceiros. Eles podem lucrar se descobrirem maneiras de tornar suas propriedades e seus serviços mais atraentes para as demais pessoas. A responsabilidade de um indivíduo por seus serviços profissionais o incentivará a investir em educação e treinamento, fatores que o ajudarão a prestar serviços bastante valorizados por outras pessoas. Assim, também, proprietários de imóveis se sentem incentivados em embelezá-los para torná-los atraentes aos olhos de terceiros.

Quarto, a propriedade privada promove o desenvolvimento consciente e a conservação de recursos para o futuro. Sempre que o provável futuro valor de um recurso ultrapassa seu valor atual, os proprietários privados lucrarão conservando o recurso para os futuros usuários.

Muitos não conseguem entender que, no regime da propriedade privada, as pessoas têm um grande incentivo em conservar um recurso valioso e procurar substitutos sempre que há um aumento da escassez relativa desse recurso. Nesse regime, ainda, se a escassez de um determinado recurso cresce, o preço desse recurso aumenta. O aumento de preços dá aos produtores, inventores, engenheiros e empresários um estímulo no sentido de economizar o uso direto desse recurso, pesquisar a procura de substitutos e desenvolver novos métodos de descobrir e recuperar maiores quantidades daquele recurso. No que se

refere aos recursos em mãos da propriedade privada, temos todas as razões para acreditar que ela continuará a agir assim.

Além de tudo isso, direitos de propriedade privada bem definidos afastam o uso da violência como forma de competição. A propriedade privada mantém o poder disperso e aumenta a área de atividade baseada na livre iniciativa e impede a excessiva concentração de poder econômico nas mãos de poucos. A ampla distribuição da propriedade é o inimigo da tirania e do uso abusivo do poder. A propriedade privada é a pedra angular tanto do progresso econômico quanto da liberdade individual.

2 Liberdade de Intercâmbio Econômico

Segundo a teoria liberal o intercâmbio (ou o comércio) voluntário é uma forma de cooperação social. Nem o comprador nem o vendedor são obrigados a participar, dentro do mercado, de uma negociação. O lucro pessoal, como foi mencionado no item 2.6 do capítulo anterior, é que fornece a motivação para os negócios. Quando os governos impõem bloqueios que limitam a cooperação resultante do intercâmbio, eles sufocam o progresso econômico.

A teoria austríaca discorre que as nações dispõem de várias maneiras de sufocar o intercâmbio. Muitos países adotam regulamentações que limitam o exercício de diversos negócios e ocupações. Outras nações também sufocam o intercâmbio, quando substituem o Estado de direito pela autoridade política discricionária. Citam como exemplo que, em meados da década de 80, os funcionários da alfândega da Guatemala foram autorizados a não cobrar taxas se achassem que assim estavam agindo em nome do “interesse nacional”. Leis como essa é um convite aberto para que os funcionários do governo solicitem propinas. A estrutura legal deve ser precisa, clara e não-discriminatória. Se assim não for, tornar-se-á um empecilho e retardará os benefícios do comércio.

Por outro lado, os austríacos afirmam que o intercâmbio também acaba sendo sufocado quando muitos países estabelecem controles de preço. Quando o preço de um produto é fixado, ainda que por leis ou normas legais, acima do nível de mercado, os compradores adquirirão menos unidades e a quantidade negociada diminuirá. Em termos de unidades produzidas e vendidas, faz pouca diferença se os controles de preços empurram os preços para cima ou para abaixo, pois em ambos os casos o volume de comércio será reduzido, assim como os lucros da produção e do intercâmbio e, com eles, a produção, a renda e os empregos.

Em resumo, o intercâmbio é produtivo, pois ajuda a obter o máximo dos recursos disponíveis. O fato é que políticas que reduzem o volume de comércio retardam o progresso econômico. Políticas que obrigam os comerciantes a enfrentar obstáculos são geralmente contraproducente, mesmo quando têm a intenção de proteger a indústria nacional. Se um país pensa em se desenvolver, as restrições que limitam o comércio e oneram os negócios devem ser reduzidas a um mínimo. A capacidade de fornecer um serviço que as demais pessoas estão desejando adquirir voluntariamente é uma evidência concreta de que a atividade é produtiva. O mercado, conforme a teoria austríaca, é o melhor regulador.

3 Mercados Competitivos

Conforme foi comentado anteriormente, pela teoria austríaca, a competição promove o uso eficiente dos recursos e fornece um estímulo contínuo às inovações e melhorias.

“A competição conduz à contínua melhora da eficiência industrial. Ela leva... os produtores a eliminar desperdícios e reduzir os custos, possibilitando-lhes vender por menos que outros produtores... Ela elimina aqueles agentes cujos custos permanecem altos e, assim, colabora para concentrar a produção nas mãos dos que têm custos baixos” (Clair Wilcox, in Gwartney e Stroup, 1994, 55).

A competição existe quando há liberdade de entrada e saída de múltiplos vendedores em um mercado. A competição pode acontecer entre empresas pequenas ou grandes. As empresas rivais podem competir em mercados locais, regionais, nacionais ou mesmo globais. A competição é a alma da economia de mercado, embora não seja fundamental para que o mercado opere normalmente. Apenas aumenta a eficiência do mercado.

O fato é que a competição pressiona os produtores a operar de modo eficiente e a responder às preferências dos consumidores. Ela elimina o produtor ineficiente. As empresas que não conseguem fornecer aos consumidores artigos de qualidade a preços competitivos sofrerão prejuízos e, eventualmente, serão alijadas do mercado. Os competidores bem-sucedidos têm que superar as empresas rivais, e fazem isso através dos métodos clássicos: qualidade dos produtos, estilo, serviço, localização conveniente, propaganda e preço.

A competição também incentiva as empresas a desenvolver melhores produtos e a descobrir métodos mais baratos de produção. Os empresários têm a liberdade de apresentar inovações, novos produtos ou tecnologias promissoras de produção, e só precisam do apoio de investidores dispostos a fornecer os recursos necessários. Em uma economia de mercado não é necessário que o empresário peça aprovação de planejadores centrais ou de maiorias legislativas. Porém, a competição torna os empresários, e os investidores que os financiam, conjuntamente responsáveis, pois suas idéias devem enfrentar uma “prova da realidade” imposta pelos consumidores. Se os consumidores dão valor à idéia inovadora em grau suficiente para cobrir o custo do bem ou serviço que está sendo produzido, o novo negócio prosperará e se tornará um sucesso. Os consumidores são o juiz e o júri definitivos em matéria de inovação comercial e do desempenho de cada agente econômico.

Segundo a teoria austríaca, a competição também identifica o tipo de estrutura comercial e o tamanho da empresa que mantêm o mais baixo custo de produção por unidade. Diferentemente de outros sistemas econômicos, uma economia de mercado não determina ou limita os tipos de empresas que poderão competir. Qualquer forma de organização comercial é permitida. O mesmo se aplica ao tamanho da empresa.

Resumindo, a competição atrela o interesse particular e o faz trabalhar na elevação de nosso bem-estar. Conforme Smith comentou em sua obra *“Riqueza das Nações”*, os indivíduos são motivados pelo interesse particular, dizendo que:

“Nós não esperamos ganhar nosso jantar através da bondade do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro, mas pela satisfação de seus próprios interesses. Nós nos dirigimos não ao seu senso humanitário, mas a seu amor-próprio, e nunca falamos a eles de nossas necessidades, mas de suas vantagens” (Smith in Gwartney e Stroup, 1994, 89).

Em um ambiente competitivo, mesmo os indivíduos voltados para seus próprios interesses e as empresas voltadas para o lucro têm fortes incentivos para servir aos interesses de outros, proporcionando aos consumidores ao menos o mesmo valor que estes obteriam alhures. Esse é o caminho para maiores rendas e lucros mais altos. Pode parecer paradoxal, mas uma característica humana que muitos vêem como negativa, o egoísmo, é uma poderosa força que impulsiona o progresso econômico quando está voltada para a competição.

4 Mercado de Capitais Eficiente

A teoria econômica geral argumenta que o consumo é o objetivo de qualquer produção e o investimento é uma importante fonte potencial de crescimento econômico. Como os recursos usados para produzir bens de investimento não estão disponíveis para a produção direta de bens de consumo, concluí-se que o investimento exige poupança. Alguém, tanto o investidor quanto outra pessoa disposta a fornecer fundos ao investidor, deve poupar para poder financiar o investidor. Assim, se uma nação pretende desenvolver seu potencial, deve possuir um mecanismo capaz de atrair poupança e canalizá-la para projetos de investimentos que criem riqueza.

Em uma economia de mercado, o mercado de capitais executa essa função. Esse mercado altamente diversificado inclui os mercados de ações, imóveis, negócios, além do mercado de crédito. Instituições financeiras como bancos, companhias de seguro, fundos

mútuos e empresas de investimentos têm importantes papéis nesse mercado. O mercado de capitais coordena as ações de poupadores, que fornecem fundos ao mercado, e investidores, que procuram fundos para financiar várias atividades comerciais. Investidores de vários tipos procurarão investimentos de risco porque isso pode aumentar sua riqueza pessoal. Investimentos lucrativos em geral criam riqueza. Um projeto será rentável se as rendas oriundas dos acréscimos de produção forem superiores ao custo do investimento. Rendas que superam o custo de um investimento são fortes evidências de que as pessoas valorizam mais o produto desse investimento do que os recursos necessários para construir as instalações. Portanto, investimentos rentáveis não só a enriquecem o investidor, mas também a nação.

Naturalmente, num mundo de incertezas, os investidores privados às vezes cometem erros. Cometer erros no mundo dos investimentos é o preço que se tem de pagar pelas inovações em tecnologias e produtos. Sem um mercado privado de capital, é praticamente impossível reunir fundos e direcioná-los adequadamente para projetos lucrativos. E quando a política substitui os mercados, os projetos de investimento reduzem a riqueza, em vez de aumentá-la.

Às vezes os governos fixam as taxas de juros e, com isso, bloqueiam a capacidade dos mercados de canalizar as poupanças pessoais para projetos lucrativos. Quando a taxa de juros do governo é menor que a taxa da inflação, a riqueza das pessoas que poupam se reduz. Haverá pouco incentivo para poupar e suprir de fundos o mercado doméstico. A propensão é que haja “fuga de capitais”. Os austríacos manifestam-se contra esse tipo de política porque elas destroem o mercado de capitais do país.

Há informações de que países como Argentina, Zâmbia, Somália, Uganda, Serra Leoa, Equador, Gana e Tanzânia além de fixarem a taxa de juros, instituíram uma política monetária inflacionária. Como resultado, a taxa de juros ajustada à inflação foi negativa por quase toda a década de 80 em cada um deles. O mesmo quadro se verificou com a taxa de crescimento. O resultado foi a destruição do mecanismo que normalmente propicia fundos aos investidores privados e os canaliza para projetos geradores de riqueza. Os países que inativam seus mercados de capitais pagam um alto preço por sua irresponsabilidade.

5 Estabilidade Monetária

A moeda é um meio de troca vital para reduzir os custos de transação e fornecer um denominador comum a que todos os bens e serviços podem ser convertidos. O dinheiro permite armazenar o poder de compra para uso futuro, e também é uma unidade contábil que aumenta a capacidade de manter controle sobre rendas e gastos em períodos determinados.

A teoria libertária considera o controle da moeda essencial, porque a contribuição produtiva do dinheiro está diretamente relacionada com a estabilidade de seu valor. Se o dinheiro não tiver um valor estável e previsível, ficará mais caro para devedores e credores participar de negócios. A poupança e o investimento terão riscos adicionais e as transações a prazo serão feitas com riscos adicionais.

O fato é que a causa da instabilidade monetária não é nenhum mistério. O valor do dinheiro é determinado pela oferta e pela procura. Se a oferta de dinheiro se expande rapidamente e de modo imprevisível, relativamente ao fornecimento de bens e serviços, os preços se inflacionam e o poder de compra do dinheiro diminui. Isso acontece com frequência quando os governos emitem moeda para pagar suas contas.

A teoria econômica e a experiência histórica vêm mostrando que a inflação persistente surge de uma única fonte: o crescimento rápido da oferta de moeda. Qualquer país do mundo que tenha apresentado uma baixa taxa de inflação em décadas recentes adotou uma política de lento crescimento monetário. Em contrapartida, qualquer país que tenha experimentado um rápido crescimento da inflação seguiu o caminho da rápida expansão monetária. Essa ligação entre rápido crescimento monetário e inflação é uma das mais concretas relações encontradas na economia.

Ela é importante na aferição de uma medida de prosperidade de um país, porque a inflação solapa a prosperidade econômica e torna o planejamento empresarial e a implantação de projetos de investimento de capital extremamente arriscados. Mudanças inesperadas na taxa de inflação podem rapidamente transformar um projeto até então lucrativo em um desastre econômico.

Quando os governos inflacionam, os agentes econômicos passam menos tempo produzindo e mais tempo tentando proteger sua riqueza. Os recursos se afastam das atividades produtivas para as improdutivas, e, assim, o progresso econômico é retardado.

A teoria austríaca diz que certos princípios gerais são vitais para o estabelecimento de um regime monetário estável. Primeiro, se o país tem um banco central que dita a política monetária, esse banco deve ser independente das autoridades políticas e responsável pela manutenção da estabilidade de preços. Considera-se que o banco central mais independente do mundo é o Bundesbank. A lei alemã, de 1957, referente ao Bundesbank, estabeleceu que o banco “deveria ser independente das instruções do governo federal”. Além disso, o Bundesbank é obrigado a apoiar as políticas econômicas do governo “somente até o ponto em que esse apoio não prejudicasse sua tarefa precípua de preservar a estabilidade monetária.” Não é de surpreender, portanto, que o Bundesbank registre um dos menores índices de inflação do mundo, enquanto os bancos centrais politizados da América Latina são bem conhecidos por suas políticas inflacionárias.

Embora existam várias maneiras de se conseguir a estabilidade monetária e de preços, não há dúvida sobre a sua importância como fonte de prosperidade econômica. Sem a estabilidade monetária, os ganhos potenciais da formação de capital e outras operações envolvendo prazos serão diluídos e a população do país não conseguirá desenvolver seu potencial.

6 Baixas Taxas de Imposto

“Os impostos são pagos com o suor de cada homem que trabalha. Se tais impostos são excessivos, ficam refletidos nas fábricas paradas, nas fazendas vendidas para saldar tributos e nas hordas de pessoas famintas vagando pelas ruas e procurando empregos em vão” (Franklin Roosevelt, 1932).

O trabalho de Gwartney (1994) fala que quando os altos impostos levam uma grande parcela da renda, o incentivo para trabalhar e usar recursos de maneira produtiva fica reduzido. A taxa marginal de imposto – a proporção da renda adicional que é taxada – é particularmente importante. Existem três razões pelas quais altas marginais de impostos reduzem a produção e a renda.

Primeiro, altas taxas desencorajam quem trabalha e reduzem a eficiência do trabalho. Quem não consegue reter uma boa parte do que ganha, tende a não ganhar muito. Em alguns casos, os impostos altos obrigam os cidadãos mais promissores de uma nação a emigrar para outros países, onde os impostos são mais baixos. Tais substituições reduzem a oferta de trabalho, causando queda da produção.

Segundo, impostos altos reduzirão tanto o nível quanto à eficiência da formação de capital. Impostos altos repelem o investidor estrangeiro e fazem com que investidores locais procurem projetos de investimento no exterior, onde os impostos são mais baixos. Assim, a formação de capital –que fornece o combustível para o crescimento econômico - fica retardada.

Terceiro, os impostos altos forçam as pessoas a substituir bens mais apreciados, mas que não permitem deduções, por bens menos apreciados, mas que permitem evitar a ação do fisco. Como o custo pessoal é barato, mas não o custo social, os contribuintes que se defrontam com altos impostos tenderão a gastar mais dinheiro com itens supérfluos e que permitem deduções. Como essas despesas dedutíveis reduzem os impostos a pagar, os contribuintes tenderão a comprar esses bens, mesmo que não lhes dêem muito valor. Desperdício e ineficiência são subprodutos dessa estrutura.

Resumindo, o trabalho sobre a liberdade econômica no mundo confirma que impostos altos reduzirão a atividade produtiva, atrasarão a formação de capital e causarão o desperdício no uso de recursos. De modo previsível, a renda de um país que impõe altos impostos cairá abaixo de seu potencial. A tabela abaixo mostra algumas taxas de impostos e de crescimento de alguns países.

Tabela 6.1: Taxas Marginais Máximas e Taxas de Crescimento Econ Per Capita

	TX MARGINAIS MÁXIMAS		TX CRESC ANUAL PER CAPITA 1980-1990
	1984	1989	
PAÍSES COM ALTOS IMPOSTOS			
IRÃ	90	75	-1,2
MARROCOS	87	87	1,4
ZÂMBIA	80	75	-2,9
REPÚBLICA DOMINICANA	73	73	-0,1
TANZÂNIA	95	50	-0,3
ZIMBÁBUE	63	60	-0,5
ZAIRE	60	60	-1,4
CAMARÕES	60	60	-0,7
GANÁ	60	55	-0,4
TX CRESC MÉDIO			-0,7
PAÍSES COM BAIXOS IMPOSTOS			
HONG KONG	25	25	5,7
INDONÉSIA	35	35	3,7
ILHAS MAURÍCIO	30	35	5
CINGAPURA	40	33	4,2
MALAÍSA	45	45	2,6
TX CRESC MÉDIO			4,2

FONTE: PriceWaterhouseCoopers, 1996

Altos impostos são um obstáculo para a prosperidade e o crescimento da renda. Se os governos desejam promover a prosperidade e o crescimento de seus países, devem se esforçar por manter seus impostos baixos, principalmente as taxas marginais que lhes correspondem.

7 Livre Comércio Internacional

“O livre comércio consiste simplesmente em permitir que as pessoas comprem e vendam quando quiserem comprar e vender... As tarifas de proteção são uma demonstração de força tanto quanto as esquadras navais de bloqueio, e seu objetivo é o mesmo – evitar o comércio. A diferença entre os dois consiste em que as esquadras de bloqueio são um meio pelo qual as nações procuram impedir que seus inimigos façam comércio; as tarifas de proteção são os meios pelos quais as nações tentam evitar que sua população comercie” (Henry George, 1986)

Os princípios presentes no comércio internacional são basicamente os mesmos de qualquer outro intercâmbio voluntário: o intercâmbio torna possível a cada parceiro produzir e consumir mais do que seria possível de outra maneira. Três razões tornam isso possível.

Primeira, através do comércio internacional a população de cada país é capaz de usar uma parcela maior de seus recursos para produzir e vender bens que lhes permitem comprar outros bens que ela só produziria a um alto custo. A consequência desse esquema de especialização e comércio é que aumenta a produção agregada, e a população de cada país consegue atingir um nível de vida mais alto do que seria possível de outros modos.

Segunda, o comércio internacional permite aos produtores e consumidores domésticos ganhar com a redução no custo por unidade que geralmente acompanha a produção em larga escala, a comercialização e a distribuição. Este é um ponto muito importante para pequenos países. Com o comércio, os produtores domésticos podem operar em uma escala maior e, portanto, conseguem custos por unidades menores do que teriam se dependessem somente de seu mercado doméstico. O comércio internacional também beneficia os consumidores domésticos ao lhe permitir comprar dos produtores em larga escala do exterior.

Terceira, o comércio internacional promove a competição nos mercados domésticos e permite aos consumidores comprar uma grande variedade de bens a preços mais em

conta. A competição com o mercado externo ajuda a manter os produtores domésticos atualizados e atentos. Ela os força a aprimorar a qualidade de seus produtos e manter os custos baixos. Ao mesmo tempo, a variedade de bens do exterior que se tornam disponíveis faz com que os consumidores disponham de uma ampla gama de escolhas que não existiria na ausência do comércio internacional.

A teoria liberal segue orientando que, quando os países cobram tarifas, quotas e impõem controles cambiais, regulamentos burocráticos sobre importadores e exportadores ou outros tipos de restrições comerciais, eles aumentam os custos de transação e reduzem os lucros da troca. Como George (1986) comentou, as restrições comerciais são uns bloqueios que uma nação impõe sobre seu próprio povo. Assim como um bloqueio imposto por um inimigo prejudicará a nação, o mesmo ocorrerá com um bloqueio auto-imposto sob a forma de restrições comerciais.

A tabela a seguir apresenta os dados sobre a relação entre as restrições comerciais e o crescimento econômico durante a década de 80 de 18 países subdesenvolvidos. A taxa de crescimento anual da renda per capita dos países de poucas restrições foi de 5% durante o período 1980-90. Comparando-se o setor de comércio internacional dos 10 países com restrições ao comércio, a renda per capita média desses 10 países não aumentou na década de 80; o PIB per capita declinou em seis deles. Resumindo, enquanto os países com poucas restrições prosperam, aqueles com muitas restrições ao comércio estagnaram.

Tabela 6.2: Taxas no Comércio Internacional e Crescimento Econ Per Capita

	TX MÉDIAS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL		ÁGIO NA TX DE CÂMBIO DO MERCADO NEGRO, 1988*	CRESC ANUAL DO PIB PER CAPITA 1980-1990
	1980	1989		
POUCAS RESTRIÇÕES COMERCIAIS				
CINGAPURA	0,5	0,2	0	4,2
HONG KONG	0	0	0	5,7
MALAÍSA	7,7	3,2	0	2,6
IRLANDA	3	2,5	2	2,9
TAIWAN	3,6	2,2	1	6,5
TAILÂNDIA	6,9	5,2	1	5,8
CORÉIA DO SUL	4,1	3	10	8,6
INDONÉSIA	2,9	2,2	16	3,7
TX CRESC MÉDIO				5
MUITAS RESTRIÇÕES COMERCIAIS				
IRÃ	8,5	14,6	1.030	-1,2
BRASIL	10	5,5	57	0,5
ÍNDIA	15,5	21,6	14	3,2
PERU	10,6	5	240	-2,6
BANGLADESH	13,4	12,1	318	2
RUANDA	13,3	nd	30	-2,3
ARGENTINA	9,5	7	50	-1,7
SERRA LEOA	13,3	11,8	1.406	-0,9
PAQUISTÃO	15,3	16,1	10	3,2
GANÁ	17,3	11,4	36	-0,4
TX CRESC MÉDIO				0

FONTE: Banco Mundial, World Tables, 1991, e World Development Report, 1992; e International Currency Analysis, The World Currency Yearbook, 1989-90.

Os defensores da doutrina protecionista dizem que as restrições à importação criam empregos. Ao analisar esse ponto de vista, mais uma vez é bom ressaltar que o que realmente importa, primeiro, é a produção, depois os empregos. Se os empregos fossem a chave para altas rendas, poderia se criar, facilmente, tantos empregos quanto se fosse preciso. Estariam todos empregados, mas também estariam miseravelmente pobres, porque tais empregos não gerariam bens e serviços desejados pelos consumidores.

O fato é que, as barreiras às importações expandem o nível de empregos das indústrias protegidas por essas restrições, o que não quer dizer que aumentem o total de empregos. As exportações fornecem às importações o seu poder de compra. Quando o governo norte-americano estabelece tarifas, quotas e outras barreiras que limitam a capacidade de os estrangeiros venderem nos EUA estão penalizando a sua própria economia, o seu próprio povo, pois a sociedade terá menos bens a sua disposição. As restrições às importações causarão também, indiretamente, uma redução nas exportações.

Pois o comércio internacional funciona através de trocas, a partir do momento que um país restringe que outro país lhe venda produtos e serviços, esse, além de deixar de vender também deixará de comprar deste. Na verdade, as restrições às importações afastam os recursos de áreas em que as empresas domésticas têm baixos custos de produção, direcionando-os para áreas em que as empresas domésticas têm altos custos de produção. Políticas como essa desperdiçam recursos e reduzem as rendas domésticas.

Em resumo, de acordo com a teoria austríaca, quando um país consegue um produto mais barato no estrangeiro do que no mercado nacional, pode ganhar ao importá-lo e usar os recursos domésticos para produzir outros bens.

Capítulo III:

Relação entre a Liberdade Econômica e o Crescimento Econômico

De acordo com a teoria austríaca, os elementos centrais da liberdade econômica são as escolhas pessoais, a proteção à propriedade privada e a liberdade das trocas. Dentro desse contexto, o Índice de Liberdade Econômica (ILE) criado por Gwartney aproxima-se do conceito austríaco, no momento em que analisa, compara e conceitua diversos indicadores da liberdade econômica e os utiliza para validar a sua tese de que quanto mais livres forem os países, mais prósperos eles serão e maior será a renda per capita da população.

1 Elementos Básicos para Avaliar o Nível de Liberdade dos Países

O “Índice de Liberdade Econômica”, construído por James Gwartney e outros (1996) contém 21 componentes, criados para prover uma medida empírica para a liberdade econômica. Os componentes foram agrupados em cinco grandes áreas: a) Tamanho do Governo: Gastos, Tributos e Empreendimentos Públicos; b) Estrutura Legal e Segurança dos Direitos de Propriedade; c) Moeda e Inflação; d) Liberdade no Comércio Internacional e e) Regulamentação do Crédito, do Trabalho e dos Negócios.

1.1 A Construção do “Índice de Liberdade Econômica”

A pesquisa para a construção do “Índice de Liberdade Econômica” de Gwartney foi feita com dados levantados entre 123 países. Entretanto, em 49 deles não se conseguiu obter a totalidade dos cinco itens globais enfocados acima e utilizados para compor o índice de 2000. Eles só conseguiram ser feitos para 74 países, tendo que se, nos demais, trabalhar com as informações disponíveis.

Gwartney notou, porém, que as informações indisponíveis não afetavam o resultado da amostra, a ponto de prejudicar o resultado. As informações relevantes foram suficientes para mostrar uma alta correlação, no global, entre os países considerados mais liberais pelo referido índice e o crescimento econômico e a renda per capita da população. O resultado global indicou que Hong Kong e Cingapura vêm liderando o ranking dos países mais livres há alguns anos, seguidos pelos Estados Unidos, Reino Unido, Nova Zelândia e Suíça.

Gwartney não diz, entretanto, que não possa haver disparidade entre a liberdade econômica — definida no índice — e a evolução da renda per capita em determinado ano. Afinal, um país pode induzir um crescimento forçado da renda, usando, por exemplo, recursos inflacionários, e manter esse crescimento por alguns anos. Entretanto, afirma que, como se trata de algo artificial, acabará perdendo o fôlego e transformando-se em queda da renda mais tarde. No meio tempo, o índice de Gwartney aparentaria estar errado, quando não está. Para evitar esse conflito, as análises são feitas num prazo mais longo e em grupo, utilizando-se de distribuição de frequência.

Para se dar uma idéia da construção do “Índice de Liberdade Econômica”, mostre-se, abaixo, como são feitas as atribuições das notas de cada um dos elementos. O escore máximo é limitado a 10 pontos e, o mínimo, a 0, no sentido de que quanto mais livres forem os países, maior é o escore atribuído a ele. Por outro lado, quanto mais intervencionista for o país, nos termos definidos nos quesitos, mais próximo de zero será o escore atribuído a ele.

1.2 Os Componentes do “Índice de Liberdade Econômica”

A) Tamanho do Governo: Gastos, Tributos e Empreendimentos Públicos

Gwartney identifica quatro grandes áreas onde existe interferência governamental. Avalia esse item pelos seguintes componentes:

- Gastos gerais do governo como um percentual do PIB¹;
- Transferências e Subsídios como um percentual do PIB¹;
- Empreendimentos Públicos e Investimentos como um percentual do PIB;
- Principais Taxas Marginais de Tributos

B) Estrutura Legal e a Segurança dos Direitos de Propriedade

Gwartney considera também que a proteção das pessoas e o direito de adquirirem uma propriedade são elementos fundamentais tanto numa economia livre, como em qualquer sociedade civil. Na verdade, considera esse quesito como uma das mais importantes funções de um governo. Assim, o governo precisa proteger os indivíduos e as suas propriedades, caso contrário, é considerado como um País onde não prevalece a liberdade ou onde essa liberdade prevalece menos. Avalia esse quesito através dos seguintes componentes:

- Independência do Sistema Judiciário: o Judiciário é independente e não sujeito à interferência do governo ou das partes em disputa;
- Tribunais Imparciais: que exista um sistema legal confiável para o sistema privado contestar a legalidade das ações e regulamentações do governo;

1 – O cálculo do escore é feito pela equação $(V_{max} - V_i) / (V_{max} - V_{mix})$ multiplicado por 10. O V_i é obtido pela soma dos gastos governamentais ou das transferências e subsídios em relação ao PIB multiplicada por 100. Os V_{max} e V_{mi} são atribuídos valores de, respectivamente, 40 e 6, dados em função do que prevalece no somatório dos países

- Proteção da Propriedade Intelectual;
- Não Interferência Militar nas regras das leis e nos processos políticos;
- Integridade do Sistema Legal.

C) Moeda e Inflação

Os Países devem proteger a moeda como uma medida de valor e meio das trocas. Para isso, os bancos centrais dentro de cada nação têm que ser os guardiões da moeda. Gwartney avalia esse componente pelos seguintes critérios:

- Média anual do crescimento monetário nos últimos cinco anos, menos taxa média de crescimento potencial do PIB¹;
- Desvio padrão da taxa anual de inflação nos últimos dez anos;
- Taxa de Inflação recente;
- Liberdade de os cidadãos possuírem contas correntes em moeda estrangeira internamente e no exterior.

D) Liberdade para Realizar Trocas com o Exterior

Continuando no terreno da liberdade, Gwartney considera que os indivíduos precisam ser livres para realizar as trocas com os estrangeiros, avaliadas pelas seguintes informações sobre as ações econômicas do país:

- Tarifas no comércio internacional (receitas provenientes das tarifas no comércio internacional, como percentual das exportações mais importações; média das tarifas alfandegárias; e desvio-padrão das tarifas alfandegárias);

1 - O crescimento monetário foi obtido pela variação de M1 num período de 5 anos, tomando-se a variação anterior de cada ano em questão, menos o crescimento médio do PIB real durante os últimos dez anos. O crescimento real do PIB nos últimos dez anos foi tido como um bom determinante do crescimento potencial do PIB.

- Regulamentações e Barreiras no comércio internacional (barreiras ocultas nas importações, ou seja, nenhuma barreira além das tarifas e quotas anunciadas; custos das importações: o efeito combinado das tarifas e licenças, custos bancários, e o tempo despendido na importação de equipamentos);
- O atual tamanho do setor comercial externo, comparado ao que seria esperado;
- Diferença entre a taxa de câmbio oficial e a estabelecida pelo mercado negro;
- Restrições nas liberdades dos indivíduos de se engajarem em operações financeiras e de capital com o exterior.

E) Regulamentação do Crédito, do Trabalho e dos Negócios

Quando as regulamentações restringem o ingresso no mercado de trabalho e interferem na liberdade de os indivíduos se engajarem nas trocas voluntárias, Gwartney diz que elas reduzem a liberdade. Avalia esse item pelas seguintes informações da economia do país:

- Regulamentações do mercado de crédito (relação dos depósitos mantidos pelos bancos privados; nível de competitividade entre bancos nacionais e estrangeiros; percentual do crédito fornecido ao setor privado; se o controle dos juros nos depósitos bancários ou nos empréstimos é determinado livremente pelo mercado);
- Regulamentações no mercado de trabalho (se o salário mínimo, instituído por decreto, tem um impacto muito pequeno nos salários gerais, devido ser muito baixo ou por não ser obedecido; se as práticas das contratações e de demissões dos trabalhadores são determinadas por contratos privados; percentual da força de trabalho, cujos salários são instituídos por contratos coletivos centrais; se o sistema de seguro-desemprego tira o estímulo ao trabalho; se há obrigatoriedade do alistamento militar)

- Regulamentações nos Negócios (controle de preços; grau burocrático e tempo despendido para se abrir um negócio próprio; pagamentos irregulares para a obtenção de licenças de importação ou exportação, regulamentações na abertura de um negócio; na proteção policial ou na obtenção de um empréstimo).

1.3 Conceito dos Elementos que Medem o Progresso Econômico

A) Tamanho do Governo: Gastos, Tributos e Empreendimentos Públicos

Dentro dessa área, os “gastos do governo em proporção ao PIB” são tidos como uma restrição às escolhas dos indivíduos, tendo em vista que há um trade off entre o que o governo gasta e o que o setor privado gasta. Considera, ademais, que as decisões do governo são tomadas de maneira compulsória. Nesse sentido, as decisões dos indivíduos são afetadas pelas decisões do governo.

As “transferências e subsídios em proporção ao PIB” seguem o mesmo princípio anterior: tiram o poder de escolha e de decisão do setor privado e o transferem para o setor público. Por isso, os países com uma grande participação dos gastos públicos (ou de transferências e subsídios) no PIB recebem taxas de avaliação mais baixas no conceito de Gwartney, do que os com menor participação. Em outras palavras, os países mais intervencionistas recebem notas mais próximas da mínima zero, do que da máxima 10. Os países mais livres economicamente recebem notas mais próximas de 10. As transferências e subsídios violam a liberdade de os indivíduos manterem o valor da produtividade do seu trabalho. Negam, assim, o direito de os indivíduos usufruírem da sua renda ou do seu ativo. Trata-se de uma violação econômica por natureza e de uma violação da liberdade econômica de cada pessoa.

A alta carga tributária e as altas marginais de impostos também discriminam contra os indivíduos e impedem que eles usufruam o valor do seu trabalho. Considera que as altas

taxas marginais de tributos são uma maneira ineficiente de se levantar recursos para o governo. Gwartney admite que ela desmotiva as pessoas a trabalhar, premiando o ócio. E quem acaba perdendo é o próprio governo. Assim, países com baixa carga tributária e com baixas taxas marginais de impostos foi dada nota 10. Os com as mais altas cargas tributárias e taxas marginais de impostos, zero. A fixação dos escores com relação às “altas taxas marginais de tributos”, são de 10 para aqueles países que tenham, no máximo, 20% de imposto, e vai decrescendo até zero, na medida em que os tributos atingem 70%.

Por outro lado, as informações sobre o número, a composição e o volume de produção ofertado pelas empresas estatais e os demais investimentos públicos foram usados como referência para se calcular o escore do item “Operações e Investimentos Governamentais como um percentual do PIB”, que também foram situadas entre 0 e 10. Se a participação do governo nesse quesito for menos do que 15% do PIB eles receberam nota 10; entre 15% e 20%, nota 8; entre 20% e 25%, nota 7; entre 25% e 30%, nota 6; 30% e 40%, nota 4; entre 40% e 50%, nota 2 e, acima de 50%, nota 0.

B) Estrutura Legal e Segurança dos Direitos de Propriedade

O conceito parte da constatação de que um país precisa de uma estrutura jurídica legal que defina, claramente, os direitos de propriedade; que assegure os contratos, e crie um sistema legal operacional aceitável para o estabelecimento das disputas dentro das regras do mercado, sem distinção de classe, cor ou credo. Que considere, enfim, todos cidadãos iguais perante uma lei sem discriminação. Que consiga manter a sua integridade mesmo diante de contestações contra o governo, desde que válidas.

À medida que os países tenham esse sistema legal e não-discriminatório, foram-lhe atribuídas notas altas que começam a cair quando o sistema define. Da mesma forma que o anterior, as notas para o item “Igualdade dos cidadãos dentro da lei e acesso dos cidadãos a um judiciário não discriminatório” foram de zero a quatro, onde a nota quatro para os mais livres e a zero para os menos livres para entrar e competir no mercado, transformando-as, depois, em notas de zero a dez (0=0; 1=2,5; 2=5; 3=7,5; e 4=10).

A obrigatoriedade de os indivíduos prestarem serviço militar ou de servirem o exército, marinha ou aeronáutica em tempos de guerra ou paz, tira o direito de os indivíduos prestarem o seu trabalho onde mais lhes agrada. Embora a defesa nacional de ataques internos ou externos seja um argumento defensável para as ações do governo, como já foi mostrado, a arregimentação da população de maneira compulsória não é. A população deve ser arregimentada de acordo com os incentivos profissionais, salariais, entre outros semelhantes aos do mercado. Assim, aqueles que usam esse sistema compulsório ganham nota zero e os que não usam, nota dez.

C) Moeda e Inflação

A moeda é considerada pelo autor uma função fundamental na realização das trocas de bens e serviços. Assim, as instituições monetárias e os aparatos financeiros internos exercem um importante impacto na segurança dos ativos, nas propriedades e na liberdade das trocas. A moeda torna possível aos indivíduos se engajarem em atividades comerciais complexas que envolvem o recebimento de renda ou o pagamento de compras num período longo de tempo. Ela também possibilita as pessoas guardarem a moeda em seu poder ou a manterem um poder de compra através do tempo.

As relações entre os arranjos e políticas monetárias com a liberdade econômica têm sido um assunto um pouco controverso. Rothbard (1985) afirma, entre outros autores, que toda ação do governo, qualquer que ela seja, na área monetária, conflita, necessariamente, com a liberdade econômica.

O argumento desse ponto de vista diz que, se fosse permitido ao setor privado imprimir e destruir moeda, as empresas vinculariam o valor da moeda que emitem aos metais preciosos, como o ouro e a prata, e seguiriam uma estratégia alinhada à manutenção do seu poder de compra, mantendo-o estável, sem inflação ou deflação, para proteger a sua reputação e credibilidade e assegurar a demanda futura para o seu produto, qual seja, a moeda que iriam emitir, com o nome de sua empresa. Segundo essa perspectiva, o

processo competitivo levaria à estabilidade monetária, tendo em vista que o público ficaria relutante em usar uma moeda emitida por uma instituição sem credibilidade. Da mesma forma, a credibilidade das instituições bancárias ficaria dependente da sua habilidade em desenvolver e manter uma unidade monetária estável, com poder de compra futuro predizível.

Friedman (1962), argumenta, contrapondo Rothbard, que o estabelecimento e arranjos que levam ao provimento de uma moeda estável são uma atribuição do governo e, se o governo venha, de fato, a prover um sistema com uma unidade monetária estável, com valor predizível, as suas ações seriam consistentes com a liberdade econômica. Os proponentes desse ponto de vista geralmente argumentam que devem ser estabelecidas regras constitucionais que comprometam as autoridades monetárias com uma moeda estável e limitem os poderes do banco central para aumentar o estoque de moeda.

Gwartney, entretanto, diz que há similaridades entre os dois pontos de vista. Primeiro, ambos concordam que a liberdade econômica se reduz quando os distúrbios monetários e os inesperados movimentos no estoque de moeda alteram o poder de compra da unidade monetária e os contratos futuros estabelecidos com base nessa moeda. Tais ações envolvem, de fato, usurpações nas propriedades e posses individuais, enriquecendo uns e empobrecendo outros. Na maioria dos casos, a riqueza é retirada dos indivíduos e transferida para o governo.

Segundo, diz que existe, também, um entendimento de que as ações do governo que impeçam o uso alternativo de moedas estrangeiras infringem a liberdade dos contratos e, assim, a liberdade econômica. O direito das partes contratantes de conduzir os seus negócios em qualquer moeda — doméstica ou estrangeira, privada ou emitida pelo governo — é um direito importante. Assim, quando as leis determinam às partes contratantes a usar uma moeda específica ou proíbem os indivíduos de transacionarem ou manterem a moeda que mais lhes convier, essas leis ou normas conflitam com a liberdade econômica. Por outro lado, quando os indivíduos têm liberdade de manter ou usar moedas alternativas, essa liberdade limita o poder das autoridades monetárias nacionais. Assim, quando os indivíduos têm liberdade de mudar para moedas alternativas, eles ficam mais

protegidos contra uma autoridade monetária que siga políticas erráticas, imprevisíveis e inflacionárias ou deflacionárias.

Na atualidade, praticamente todos os governos no mundo têm o poder e o controle absoluto das emissões de moeda e operam um banco central para conduzir a política monetária. Gwartney, assim, mede o grau de liberdade econômica na área monetária, analisando os seguintes itens no país: a) se ele protege o valor da moeda, mantendo uma expansão monetária baixa (países com altas taxas de crescimento monetário relativamente ao crescimento do PIB recebem um grau baixo na classificação do índice de liberdade) ; b) se o nível de preços mantêm-se estável e, c) se há ausência de restrições que limitem o uso de moedas alternativas.

Assim, constrói o “Índice de Liberdade Econômica” de forma que, quando um país aumenta a quantidade de M1 moderadamente, recebe uma classificação alta no índice de liberdade econômica. Ao contrário, se aumentar exageradamente, o índice será baixo. Gwartney coletou, desde 1985, as informações sobre a variação monetária de 101 países. Os nove países com a menor expansão monetária foi dado o índice de 10. Os nove países seguintes a esses, com as menores taxas de variações monetárias, foram dados os índices de nove, e assim por diante.

O desvio padrão da taxa anual dos índices estatísticos de preços (IPCA no Brasil) está diretamente relacionado com a estabilidade do valor da moeda. Quando os índices mudam constantemente, de maneira imprevisível, num ano 10%, no outro 40%, e, em outro, 20%, é extremamente difícil planejar o futuro como, por exemplo, fazer uma compra a prazo de um automóvel ou de uma casa, entre outros, num período mais longo de tempo. Assim, os países com taxas mais previsíveis desse índice monetário também ganham notas mais altas no “Índice de Liberdade Econômica” e os com menos previsibilidade, notas mais baixas.

A metodologia calcula, assim, o desvio padrão nos últimos cinco anos, considerando os anos imediatamente anteriores ao do ano avaliado, dos índices de inflação e divididos, novamente, os 101 países em nove intervalos de igual tamanho e dado às notas mais altas (10) para os intervalos de menor tamanho.

A liberdade de os residentes possuírem contas em moeda estrangeira também foi considerada importante na avaliação do “Índice de Liberdade” de Gwartney, em virtude de o dinheiro oferecido por outras autoridades monetárias ser um bom substituto das moedas internas. Quando é permitido aos residentes possuírem contas em moeda estrangeira internamente, torna-se fácil para eles evitar as incertezas que acompanham um regime monetário instável interno.

Gwartney coletou as informações sobre essa liberdade no Fundo Monetário Internacional (FMI), no seu “*Exchange Arrangements and Exchange Restrictions*”. Os países onde os residentes são permitidos possuírem contas e dinheiros estrangeiros ganharam 10 e os onde não são permitidos, nota zero.

Da mesma forma, alguns países permitem aos residentes possuírem contas no exterior para uso futuro. Muitos residentes preferem manter contas em bancos externos em moeda estrangeira, do que contas em bancos nacionais, mesmo que fossem em moedas estrangeiras, tendo em vista que a política interna pode, de uma hora para outra, mudar, como já ocorreu em muitas economias latino-americanas, a exemplo da Argentina. Os países receberam nota 10 se permitem, e, nota zero, se não permitem.

D) Restrições no Comércio Internacional

Smith (1950) foi quem primeiro mostrou, de uma maneira sistemática, as vantagens econômicas e sociais de os países manterem um comércio livre. Essas vantagens eram evidenciadas pelo aumento da produção, da renda e dos empregos. Eram evidenciadas também pelas oportunidades de consumo de novos bens e serviços, impossível dentro de uma economia fechada. Evidenciadas, ademais, pela melhor qualidade e/ou melhor preço dos bens consumidos. Em suma, eram vantagens obtidas pelos consumidores, aos quais se destinam, em última análise, os bens e serviços produzidos em qualquer país.

Gwartney considera que o intervencionismo que limita o comércio internacional não é diferente do intervencionismo que limita o comércio interno, seja entre estados, municípios ou bairros. A única diferença são os nomes das intervenções, onde são apenas trocados alguns nomes para os custos impostos às trocas comerciais no mercado externo, a exemplo das tarifas, taxas, regulamentos, barreiras quantitativas, entre outros.

A cobrança de tarifas e taxas em relação às exportações, mais as importações, percentualmente, limita a liberdade de os indivíduos residentes realizarem as trocas com os do exterior. Elas reduzem o volume do comércio internacional e, com eles, a renda e os empregos. Esses custos penalizam as empresas mas, muito mais, os consumidores locais.

Gwartney considera, também que a diferença entre a taxa de câmbio oficial e a estabelecida pelo mercado negro dá uma boa medida do grau de intervenção no comércio internacional. Os indivíduos deveriam ser livres para converter seu dinheiro interno em moeda externa, se assim o quisessem. Para isso, porém, precisaria que o câmbio fosse flutuante, em razão da oferta e da demanda por divisas. Entretanto, muitos governantes fixam as suas taxa de câmbio a um valor nem sempre justo, quanto mais ditado pelas forças do mercado, como deveria ser, e impedem, além do mais, a livre convertibilidade.

Dentro dessa linha, diz que um país pode: a) seguir uma política monetária independente, mas permitir que a taxa de câmbio flutue ou b) fixar sua política monetária para que a taxa de câmbio seja mantida fixa. Mas ele não pode, com certeza, manter a convertibilidade da sua moeda, permitindo que seus residentes troquem reais por dólar americano, por exemplo, se mantiver uma política monetária independente e fixar a sua taxa de câmbio.

Quanto maior for a diferencial entre o câmbio negro e o oficial, mais restritivo é o País no mercado internacional. Esses terão a nota zero. Foram feitas onze divisões para a concessão de notas que vão, como as demais, de zero a dez.

O tamanho efetivo do setor comercial externo, comparado ao que seria esperado, também leva a uma medida de intervencionismo no mercado internacional. Elas são feitas pelas quotas, concessões monopolísticas para determinadas empresas ou setores operar,

como, com relação aos EUA, nos mostraram recentemente os noticiários do País, quando esse País apertou os controles sobre as importações de produtos siderúrgicos, para proteger as empresas desse grupo. Mas há outros tipos de restrições, tanto dentro da área de saúde ou da segurança, algumas altamente complexas e heterogêneas, difíceis de transpor, que limitam o comércio mundial e prejudicam os seus consumidores.

Para se avaliar esse tipo de restrição ao comércio internacional, Gwartney trabalhou com uma análise de regressão para estimar o tamanho esperado do setor comercial externos para cada país, em função: a) do seu tamanho geográfico; b) da sua população e; b) de algumas variáveis dummy que levaram em conta o potencial de comércio com seus parceiros, se o país não está bloqueado dos parceiros comerciais por impossibilidades de usar oceanos para comercializar; que mais de 50% da sua população esteja a uma distância de 250 km dos parceiros comerciais em potencial, que os parceiros comerciais em potencial estejam a uma distância aproximada de 250 km ao redor da sua fronteira, entre outras. Os dados referidos foram obtidos pelo autor no trabalho do Banco Mundial , *“World Tables and World Development Report”*.

As restrições nas liberdades dos indivíduos de se engajarem em operações financeiras e de capital com o exterior também refletem o grau de intervenção no comércio internacional que é feitos pelos países. Muitos deles exigem que os estrangeiros peçam permissão para investir ou remeter lucros das suas atividades internas. Muitas são feitas por exigência de um regime cambial severo e restritivo. Às vezes as exigências são feitas para proteger empresas domésticas ou para planejar os investimentos internos.

Assim, um país obtém nota dez quando os estrangeiros são livres para realizarem investimentos internos e os residentes são livres para realizarem investimentos ou outras operações no exterior. À medida que são impostas restrições a esses investimentos, o país foi sendo rebaixado nas suas pontuações.

E) Regulamentação do Crédito, do Trabalho e dos Negócios

Gwartney considera que as operações de mercado são baseadas em acordos voluntários entre as partes. Elas só devem se suceder, se as partes concordarem nas transações, caso contrário, não. Nenhuma empresa privada, seja de que tamanho for, tem o poder de forçar o consumidor em potencial a comprar o seu produto. As operações do governo, porém, são fundamentalmente diferentes. Diferentemente das empresas privadas, o governo pode tomar uma porção da riqueza ou da renda dos indivíduos, através do processo de tributação, e transferi-la para outras pessoas ou usar ele mesmo esses recursos para operar uma empresa ou uma agência governamental.

O governo pode, ademais, fixar preços, proibir no todo ou em parte o ingresso dos indivíduos em determinado mercado, e impor outras numerosas regulamentações sobre os indivíduos e empresas.

O fato é que quando as ações do governo vão além dessas funções, ele passa a restringir as escolhas dos consumidores e a limitar as suas liberdades econômicas. Gwartney nota que, infelizmente, os governos modernos costumam ir além dessas funções, protegendo, por exemplo, empresas da competição interna ou externa; dirigindo a produção para setores com pouco interesse individual aos preços definidos pelo mercado, impondo controle de preços e regulando inúmeras atividades que nada tem a ver com a proteção dos direitos individuais e da provisão dos bens públicos.

Os governos também podem fixar preços, não só das suas empresas, como de muitas empresas privadas, vigiadas por eles. Ademais, os governos no mundo costumam controlar os salários, os aluguéis, os preço dos combustíveis, da eletricidade, do gás, da água, entre outros. E o autor considera que eles interferem na liberdade entre compradores e vendedores, entre patrões e empregados, etc. Muito embora sejam feitos em nome dos consumidores, com a boa intenção de protegê-los, acabam criando preços quase monopolísticos, no momento em que fixam um marco de preço, tornando o mercado num grande conluio, onde todos acabam vendendo ao preço fixado pelo governo, quase sempre bem mais alto do que os que prevaleceriam sem essa interferência. Ademais, as empresas deixam de se preocupar em descobrir novas maneiras de se fazer às coisas, de reduzir

custos, tornando mais fácil e mais barato pressionar o governo por aumento dos preços do que se ajustar às leis do mercado, bem mais rigorosas.

Além disso, os governos geralmente controlam quem deve operar este ou aquele mercado, criando normas e distribuindo licenças para as empresas e indivíduos trabalhar. As notas para o item “Obstáculos para abrir um negócio” foram de zero a quatro, onde a nota quatro para os mais livres e a zero para os menos livres para entrar e competir no mercado, transformando-as, depois, em notas de zero a dez (0=0; 1=2,5; 2=5; 3=7,5; e 4=10).

O outro componente dentro deste grande segmento é o grau de interferência do governo no mercado do crédito e na liberdade de indivíduos e empresas emprestar e tomar dinheiro emprestado. As regulamentações governamentais aumentam o custo do crédito. Uma das maneiras é pela via da própria inflação, que acabam desmotivando os indivíduos a poupar e a investir. Outra é interferindo diretamente nas taxas de juros e no fluxo do crédito. A medição desse item é feita pelo levantamento de um índice inflacionário, das taxas de juros dos depósitos e das taxas de juros dos empréstimos e de políticas que levem a taxas de juros negativas ou muito altas em relação aos padrões que prevaleceriam num mercado livre. O diferencial entre taxas de juros nominais de empréstimos e taxas de juros nominais dos depósitos foi tomado como uma estimativa das taxas reais de juros.

Praticamente, para calcular o ranking dos países mais ou menos intervencionista neste item, foi levantado dados estatísticos das taxas reais dos depósitos e dos empréstimos, elaborado o diferencial, durante três anos, sempre com um ano de antecedência do ano da avaliação. Foi dada nota 10 aos países que tiveram taxas reais de juros consistentemente baixas e positivas e em que o diferencial entre os juros nominais dos depósitos e dos empréstimos era relativamente pequeno. Oito para os níveis ligeiramente superiores (em torno de 8% superior). Países onde prevalecem taxas de juros negativas persistentes, foram dadas notas menores ainda. Seis, quatro, dois e zero para os com diferenciais maiores ainda.

2 A Liberdade Econômica e o Crescimento Econômico pelo ILE

O trabalho de Gwartney, publicado pelo “*Fraser Institute*” (Vancouver, Canadá), mostra que a liberdade econômica no mundo é positivamente correlacionada com a renda per capita e com o crescimento econômico. Essas evidências, se não confirmam, ao menos não desmentem as teses dos postulados austríacos. Mises afirma que o controle do mercado entrava o crescimento econômico, causa desemprego e acaba sendo socialmente injusto e contraproducente. Diz, ele, que:

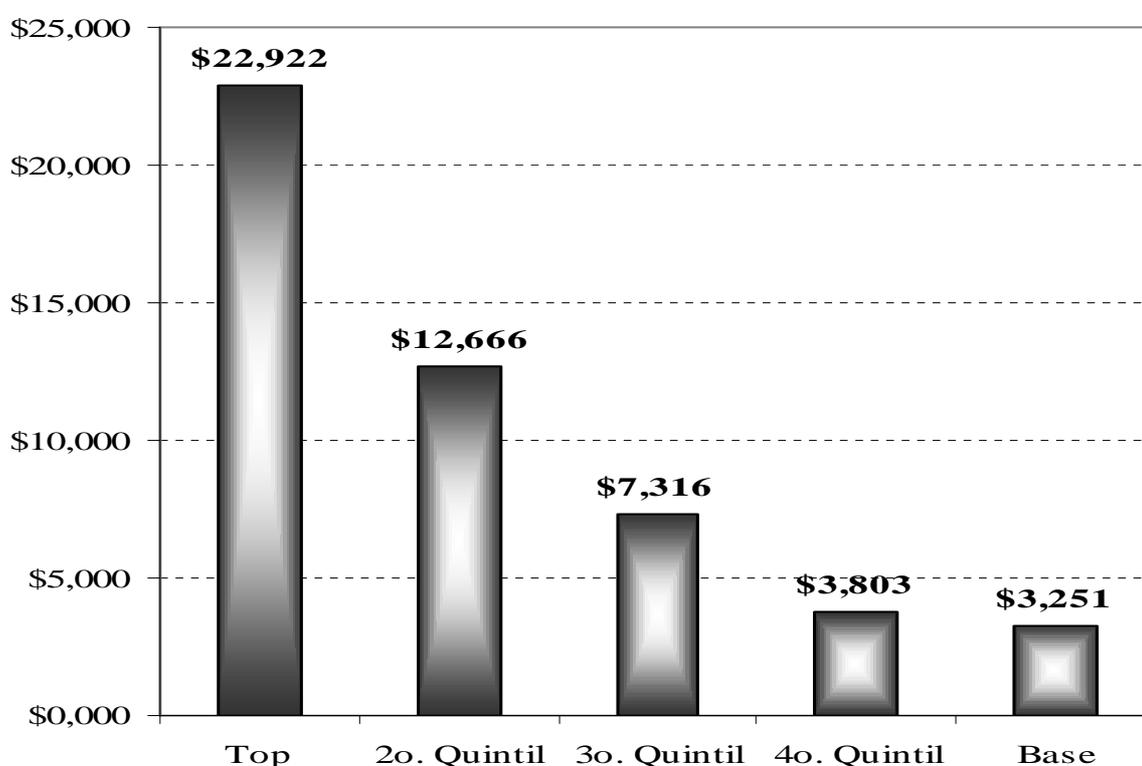
“O conhecimento econômico leva necessariamente ao liberalismo... O controle é ilógico, porque não conduz ao objetivo pretendido e não produz nada a não ser uma ruptura do processo de produção capitalista... O conhecimento econômico representa um obstáculo às ideologias socialistas e sindicalistas que prevalecem em todo mundo...” (Mises, 1977, 90).

Embora seja difícil a avaliação empírica dos postulados austríacos que vinculam a liberdade — ou a minimização das intervenções do governo no mercado — ao progresso econômico e social dos povos, o Índice de Liberdade Econômica de Gwartney, no momento em que define a intervenção econômica e a transforma em números que vão de zero a dez (dos menos intervencionistas aos mais intervencionistas), transforma-se numa medida útil à disposição da sociedade para avaliar o papel do governo na economia e escolher se querem um sistema mais controlado pelo governo ou menos controlado.

Embora Gwartney apresente uma posição otimista, mediante uma situação em que, numa escala de zero a 10, o mundo vem-se tornando mais liberal, medido pelo seu índice de liberdade econômica média global, que passou de 5,96 pontos de liberdade em 1995, para 6,34 em 2000, com ganhos de 0,38 ponto percentual, essa evolução ainda é pequena para se apresentar como “prova” de que realmente houve uma evolução positiva na prática de uma política mais liberal no mundo.

Por outro lado, há, de fato, uma forte correlação, avaliada numa distribuição de freqüência, entre liberdade econômica e renda per capita, conforme se mostra no gráfico 2.1, em que o grupo de países mais intervencionistas apresenta uma renda per capita de, apenas, US\$ 3.251 anuais, subindo para US\$ 3.803 na escala libertária imediatamente acima e para US\$ 7.316 e US\$ 12.666 nas seguintes, até atingir o “topo” de renda anual de US\$ 22.922 nos países em que prevalece mais liberdade econômica entre os demais.

Gráfico 2.1: Liberdade Econômica e Renda Per Capita ^{1 2}



FONTE: *Economic Freedom of the World: 2003 Annual Report*

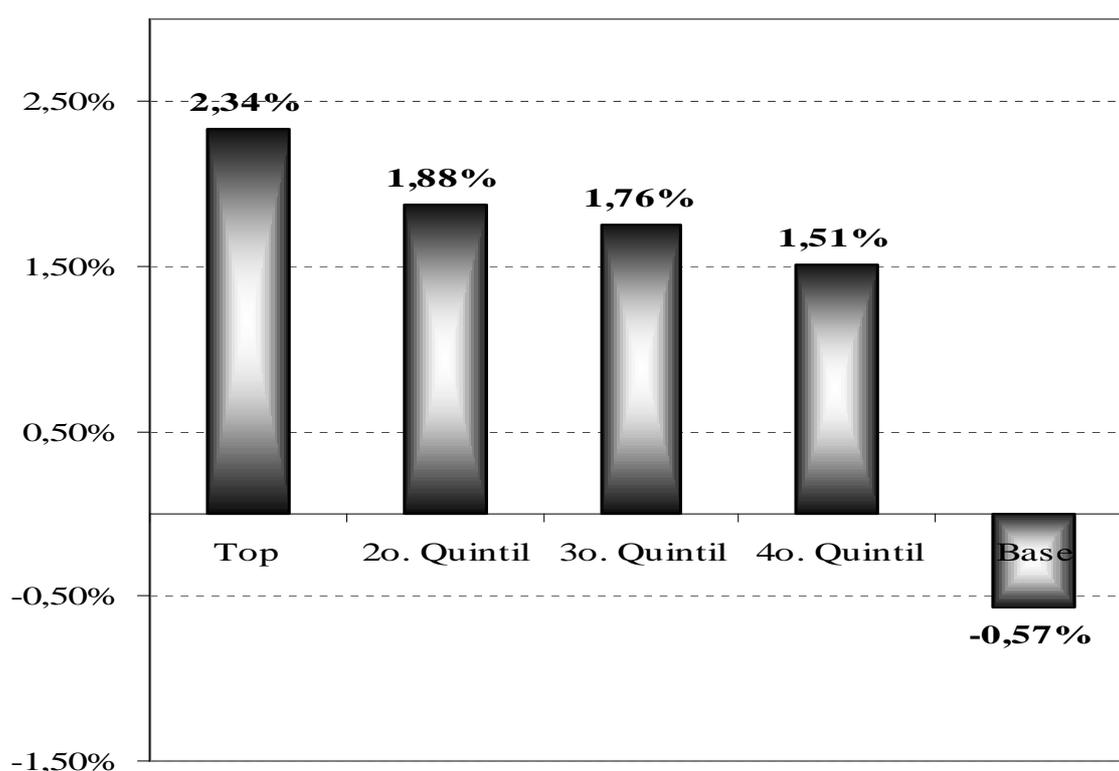
1- A amostra total de Países foi distribuída em 5 partes por ordem decrescente conforme o "Índice de Liberdade Econômica", classificada então como 1º. Quintil (Países Top), 2º. Quintil, 3º. Quintil, 4º. Quintil e 5º. Quintil (Países da Base).

2- Renda per Capita dada em US\$ 1.000, dados do ano 2001.

A correlação também se mostra verdadeira entre liberdade econômica e crescimento econômico. O gráfico 2.2 seguinte indica que os países mais intervencionistas, conforme definição apresentada no trabalho de Gwartney e medida pelo Índice Liberdade Econômica, em vez de crescimento econômico, tiveram um retrocesso de 0,57% na renda per capita no período de 1992 a 2001. Nos países imediatamente acima, onde a intervenção

estatal não é tão forte como na anterior, houve um crescimento da renda per capita no período de 1,51%. Nos países teoricamente menos afetados à intervenção econômica do que o grupo anterior, de 1,76%. E no grupo “top”, proporcionalmente mais libertário (ou menos intervencionista), apresenta forte correlação, mostrando um crescimento da renda per capita de 1,88% e de 2,34% respectivamente.

Gráfico 2.2: Liberdade Econômica e Crescimento da Renda Per Capita ^{1 3}



FONTE: *Economic Freedom of the World: 2002 Annual Report*

1- A amostra total de Países foi distribuída em 5 partes por ordem decrescente conforme o "Índice de Liberdade Econômica", classificada então como 1º. Quintil (Países Top), 2º. Quintil, 3º. Quintil, 4º. Quintil e 5º. Quintil (Países da Base).

3- Crescimento Econômico da Renda per Capita dada em percentual, dados de 1992-2001.

Embora o estudo não seja feito especificamente para o caso brasileiro, percebe-se que o Índice de Liberdade econômica do Brasil manteve-se relativamente constante, passando de 5,6 em 1970 para 5,8 em 2001. Nessa evolução, houve melhoras no item global “Moeda e Inflação”, que passou de 5,9 pontos de liberdade em 1970, para 6,1 em 2001, com ganhos expressivos no sub-item “crescimento da oferta monetária”, em que houve uma evolução considerável, de 5,1 pontos de liberdade para 8,1 em 2001 no mesmo

período. Entretanto, houve um grande retrocesso com relação ao sub-item “gastos gerais do governo”, devido ao seu alto crescimento no período, em que a participação do governo no mercado cresceu substancialmente, em detrimento do setor privado, influenciado negativamente nesse quesito a nota de liberdade, que decresceu de 7,6 em 1970 para 4,4 em 2001.

Os “Impostos, Taxas e Contribuições Discriminatórias”, ao sofrer uma redução de pontuação de 7,0 pontos de liberdade para 5,0 no período, devido ao crescimento exorbitante da carga tributária, também foi um dos fatores que afetou, negativamente, o desempenho global da economia brasileira, avaliado pelo Índice de Liberdade Econômica de Gwartney.

Os controles excessivos e a alta participação do Estado na economia brasileira colocam o nosso País no 82º. lugar no ranking dos países mais intervencionistas, atrás do México (69º.), da Argentina (56º.) e do Chile (20º.). Os países com melhor desempenho libertário continuam praticamente os mesmos: Hong Kong (1º), com nota de 8,6 pontos de liberdade, seguido de perto por Cingapura (2º), com nota de 8,5; Estados Unidos (3º), com nota de 8,3 pontos de liberdade e Reino Unido e Nova Zelândia, ambos com 8,2 pontos, na quarta colocação. Na tabela abaixo demonstra-se o Índice de Liberdade Econômica desses países juntamente com o PIB per capita, dado em dólares, correspondente e suas respectivas taxas de crescimento.

Tabela 2.3: Índice de Liberdade Econômica e Crescimento Econômico

Países	Índice de Liberdade Econômica 2001	PIB per capita US\$ 2001	Taxa Crescimento PIB per capita	
			1975-2001	1990-2001
Hong Kong	8,6	24.074	4,50%	2,10%
Cingapura	8,5	20.733	5,10%	4,40%
Estados Unidos	8,3	35.277	2,00%	2,10%
Reino Unido	8,3	24.219	2,10%	2,50%
Nova Zelândia	8,2	13.101	0,90%	2,00%
Suíça	8,0	34.171	1,00%	0,30%
Chile	7,3	4.314	4,10%	4,70%
Argentina	6,5	7.166	0,40%	2,30%
México	6,2	6.214	0,90%	1,50%
Brasil	5,7	2.915	0,80%	1,40%
Indonésia	5,6	695	4,30%	2,30%

FONTE: *Economic Freedom of the World: 2002 Annual Report; Human development Report 2003.*

Embora se apresente, na Tabela 2.3, os índices de liberdade, o PIB per capita e o seu crescimento num período longo de tempo para alguns países escolhidos aleatoriamente, cabe ressaltar, novamente, que o estudo de Gwartney, porém, aplica-se dentro de um contexto mais amplo, onde, valendo-se de uma distribuição de freqüência, ao se correlacionar os países mais libertários com a sua renda per capital e o crescimento econômico, nota-se que o grupo mais libertário apresenta, no tempo, um crescimento econômico maior e tem uma renda per capita mais elevada, conforme se mostra nas tabelas 2.1 e 2.2.

Resumindo, os países em que o governo é comedido nos gastos; que não impõe altas cargas tributárias aos seus habitantes; que mantém uma estrutura jurídica independente, assegurando os direitos dos cidadãos e de suas propriedades, evitando que sejam violadas; que mantém um processo de emissão de moeda condizente com o crescimento da produção dos bens e serviços; que evitem a inflação; que dêem liberdade aos seus cidadãos de operarem no mercado internacional, permitindo que tenham contas em moeda estrangeira internamente ou no exterior; que evitem regulamentar o crédito, as taxas de juros, o trabalho, os salários, os preços e, enfim, os negócios, receberam altos escores no “Índice de Liberdade Econômica” de Gwartney.

Essas economias com altas notas no padrão Gwartney são as que apresentaram maior crescimento econômico e maior renda per capita, sugerindo que os países que assim procederem no futuro também vão conceder aos seus habitantes maior possibilidade de geração de produção de renda e de empregos. Essa, na verdade, também é a mensagem central veiculada nos postulados austríacos, quando pregam que a liberdade econômica ainda é o caminho mais curto e seguro das riquezas das nações.

Conclusão

Este trabalho mostrou, através do Índice de Liberdade Econômica, que os países mais libertários no mundo são os que têm uma maior renda per capita e maior crescimento econômico. Por outro lado, os mais intervencionistas costumam apresentar baixo crescimento econômico e baixa renda per capita.

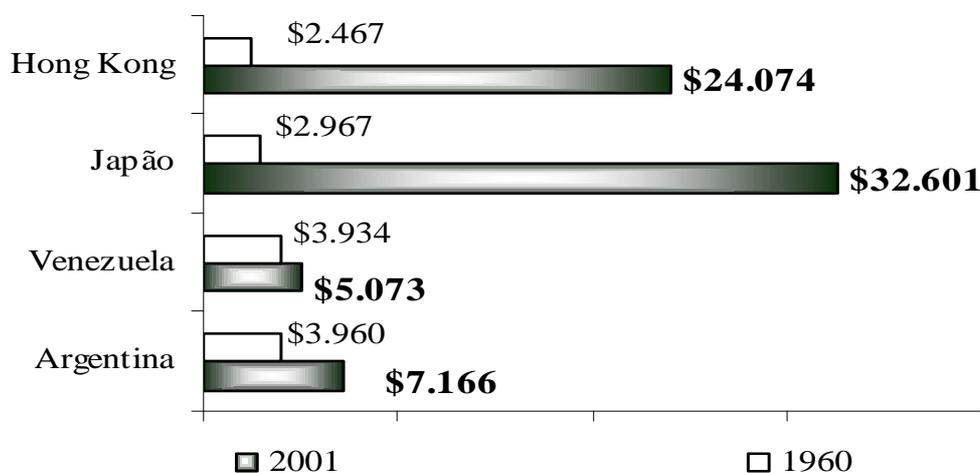
Conforme dito no Capítulo I, a teoria austríaca defende, acima de tudo, a Liberdade no contexto da ação humana, entendida como a ausência de coerção de indivíduos sobre indivíduos. Esta Liberdade defendida pelos austríacos se materializa na economia através do Mercado. Na verdadeira economia de mercado os indivíduos são livres para escolher entre as diversas possibilidades de ação, desde que seus atos sejam espontâneos, não coercitivos, ou que não firam a liberdade dos demais indivíduos. A economia de mercado é baseada na livre ação humana, na livre ação da empresa privada, no direito inalienável à propriedade, na ausência de mecanismos restritivos à concorrência, ao investimento, ao comércio e ao consumo.

Segundo a teoria austríaca, conforme dito no Capítulo II, a maneira de atingir o progresso econômico é através da adoção dos seus postulados na prática. Através da proteção à propriedade privada, da liberdade de intercâmbio econômico, de mercados

competitivos, de um mercado de capitais eficiente, da estabilidade monetária, de baixas cargas tributárias e baixas cargas de impostos e de livre comércio, com um mercado mais desregulamentado, um país progride economicamente, segundo a teoria austríaca. “Quando esses princípios básicos estão presentes na economia de um país, as pessoas serão capazes de ‘colher o que plantaram’, será liberada energia produtiva e serão criadas riquezas” (Gwartney and Stroup,1994). São princípios que têm força científica: resistem ao tempo e funcionam em todo o planeta.

Assim, no Capítulo III, mostra-se que o Índice de Liberdade Econômica, publicado pelo “*Fraser Institute*” (Vancouver, Canadá), sintetiza, através de números, os resultados da teoria austríaca. Quando utilizamos exemplos como Hong Kong, Japão, Argentina e Venezuela, podemos notar que os países que adotaram princípios liberais para as suas economias, prosperaram e, países que não o fizeram, estagnaram economicamente. Nos anos 60, por exemplo, as rendas per capita dos países acima citados eram relativamente próximas, conforme pode-se ver no gráfico 1. Nos dados de 2001, pode-se observar que Hong Kong e Japão, países que seguiram um padrão liberal, estão com as rendas per capita mais de três vezes maiores que as da Argentina e da Venezuela.

Gráfico 1: Renda per capita de Hong Kong, Japão, Venezuela e Argentina
(1960 e 2001)



FONTE: Robert Summers e Alan Heston, “*The Penn World Table: An Expanded Set of Internacional Comparisons, 1950-1988*” e *Human Development Report 2003*.

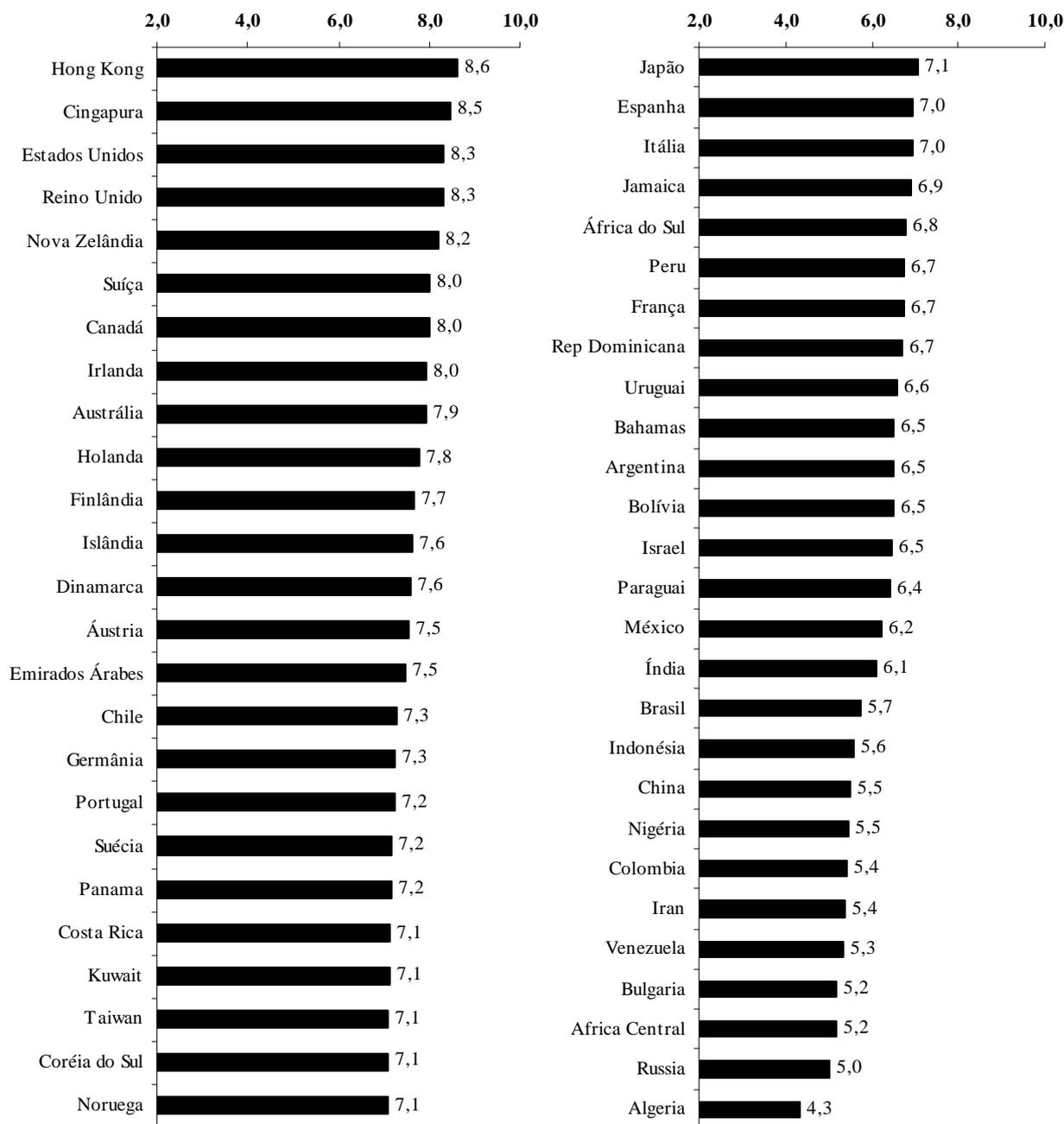
Os índices de liberdade econômica nos mostram que Hong Kong e Japão têm as maiores notas, 8,6 e 7,1, respectivamente, enquanto Argentina e Venezuela possuem notas mais baixas, a primeira 6,5 e a segunda 5,3. Acompanha, assim, a análise austríaca que também prega que, seguramente, com direitos de propriedade definidos, baixos impostos, estabilidade monetária e confiança nos mercados, fatores-chave para o progresso econômico, os países tendem a se desenvolver mais rapidamente do que os que sofrem mais intervencionismo estatal.

Pode-se correlacionar, com relativa exatidão, os bons resultados obtidos pelas economias de Hong Kong e Japão aos padrões de comportamento enumerados acima. Aliás, essa é a premissa básica do índice de liberdade econômica. Em outras palavras, os países que restringiram a atividade privada, o seu comércio e os demais setores, impondo, por exemplo, alta carga tributária, altas taxas de juros, seguiram uma política monetária inflacionista e, ainda por cima, fixaram preços, desencorajaram as atividades produtivas e retardaram o uso eficaz dos recursos, foram penalizadas com um baixo crescimento econômico e com baixa renda per capita. Pode-se dizer, de modo geral, que esse foi o caminho seguido pela Argentina e Venezuela e pela maioria dos demais países menos desenvolvidos nas últimas décadas, como é o próprio caso brasileiro.

São essas conclusões que se pode tirar do trabalho ora apresentado. Que uma sociedade econômica libertária é a chave para a riqueza das nações; que a prosperidade futura de qualquer tipo de nação, pobre ou rica, em desenvolvimento ou desenvolvida, está diretamente condicionada à qualidade da sua organização econômica, se libertária ou intervencionista, conceituada pelo índice de liberdade econômica, conforme se tratou neste trabalho, e há tempo defendida nos postulados austríacos.

Anexos

Sumário do Ranking dos Países segundo o Índice de Liberdade Econômica¹



1 – Dados do ano 2001. Quanto mais alto for o Índice de Liberdade Econômica (mais próximo de 10), mais libertário será este país.

HONG KONG

	1970	1975	1980	1990	1995	2000
Índice de Liberdade Econômica	8,4	8,5	8,7	8,3	9,1	8,8
Tamanho do Governo: Gastos, Tributos e Empreendimentos Públicos	9,6	9,7	9,7	9,3	9,5	9,2
Gastos do Governo como percentual do PIB	8,9	8,8	9,0	8,4	8,0	7,6
Transferências e Subsídios como percentual do PIB		9,8	10,0	9,9	9,8	
Empreendimentos Públicos e Investimentos como percentual do PIB	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
Principais Taxas Marginais de Tributos	10,0	10,0	10,0	9,0	10,0	10,0
Estrutura Legal e Segurança dos Direitos de Propriedade	7,7	6,6	8,1	5,9	8,0	7,2
Independência do Sistema Judiciário					8,1	7,7
Tribunais Imparciais					7,9	8,9
Proteção à Propriedade Intelectual					6,1	6,3
Interferência Militar						5,0
Integridade no Sistema Legal					10,0	8,3
Moeda e Inflação	8,8	9,2	8,5	9,0	9,3	9,4
Média anual cresc monetário menos tx média cresc potencial PIB		8,9	9,0	8,4	8,8	9,9
Desvio padrão da tx anual de Inflação	8,3	8,7	8,0	8,9	9,0	8,3
Inflação anual recente	8,3	9,1	7,0	8,9	9,5	9,3
Liberdade de possuir ctas correntes em moeda estrangeira internamente e no exterior	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
Restrições no Comércio Internacional	8,6	9,7	9,7	10,0	9,7	9,8
Tarifas no Comércio Internacional	10,0	9,8	9,8	9,9	9,9	9,9
Regulamentações e Barreiras no Comércio Internacional					8,8	9,4
Atual tamanho do setor comercial externo comparado com o esperado	9,8	8,9	8,8	10,0	10,0	10,0
Diferença entre taxa de câmbio oficial e a estabelecida pelo mercado negro	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
Restrições nas liberdades dos indivíduos em operações financeiras e de capital com o exterior	5,0	10,0	10,0	10,0	9,7	9,6
Regulamentação do Crédito, do Trabalho e dos Negócios	7,2	7,2	7,2	7,3	8,8	8,4
Regulamentações no Mercado de Crédito	10,0	10,0	10,0	9,9	9,6	9,1
Regulamentações no Mercado de Trabalho				8,9	8,1	7,7
Regulamentações nos Negócios					8,7	8,5

CINGAPURA

	1970	1975	1980	1990	1995	2000
Índice de Liberdade Econômica	7,2	7,0	7,4	8,2	8,7	8,6
Tamanho do Governo: Gastos, Tributos e Empreendimentos Públicos	7,2	7,0	7,0	8,2	8,4	8,1
Gastos do Governo como percentual do PIB	7,3	7,4	7,1	6,5	6,9	6,1
Transferências e Subsídios como percentual do PIB	9,6	9,8	9,8	9,4	9,6	9,2
Empreendimentos Públicos e Investimentos como percentual do PIB	8,0	7,0	7,0	8,0	8,0	8,0
Principais Taxas Marginais de Tributos	4,0	4,0	4,0	9,0	9,0	9,0
Estrutura Legal e Segurança dos Direitos de Propriedade	7,7	6,6	8,1	7,2	7,9	8,5
Independência do Sistema Judiciário					7,2	7,3
Tribunais Imparciais					7,1	7,7
Proteção à Propriedade Intelectual					7,3	7,6
Interferência Militar						10,0
Integridade no Sistema Legal					10,0	10,0
Moeda e Inflação	7,2	6,6	6,4	9,3	9,6	9,7
Média anual cresc monetário menos tx média cresc potencial PIB	9,3	9,0	9,4	9,1	9,6	9,7
Desvio padrão da tx anual de Inflação	9,8	7,9	8,6	8,9	9,4	9,5
Inflação anual recente	9,8	9,6	77,0	9,0	9,5	9,7
Liberdade de possuir ctas correntes em moeda estrangeira internamente e no exterior	0,0	0,0	0,0	10,0	10,0	10,0
Restrições no Comércio Internacional	8,4	9,4	9,5	9,9	9,6	9,3
Tarifas no Comércio Internacional	9,1	9,6	9,8	9,7	9,6	9,9
Regulamentações e Barreiras no Comércio Internacional					8,9	9,4
Atual tamanho do setor comercial externo comparado com o esperado	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
Diferença entre taxa de câmbio oficial e a estabelecida pelo mercado negro	9,8	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
Restrições nas liberdades dos indivíduos em operações financeiras e de capital com o exterior	5,0	8,0	8,0	10,0	9,3	7,2
Regulamentação do Crédito, do Trabalho e dos Negócios	5,1	5,8	6,2	6,3	8,1	7,4
Regulamentações no Mercado de Crédito	8,0	9,3	9,6	9,6	8,7	8,2
Regulamentações no Mercado de Trabalho				5,5	6,2	5,5
Regulamentações nos Negócios					9,4	8,4

ESTADOS UNIDOS

	1970	1975	1980	1990	1995	2000
Índice de Liberdade Econômica	7,0	7,3	7,5	7,9	8,3	8,5
Tamanho do Governo: Gastos, Tributos e Empreendimentos Públicos	4,0	4,8	5,2	6,8	6,9	7,6
Gastos do Governo como percentual do PIB	5,1	5,2	5,5	5,7	6,2	6,6
Transferências e Subsídios como percentual do PIB		7,1	7,2	6,7	6,3	6,7
Empreendimentos Públicos e Investimentos como percentual do PIB	7,0	7,0	8,0	8,0	8,0	10,0
Principais Taxas Marginais de Tributos	0,0	0,0	0,0	7,0	7,0	7,0
Estrutura Legal e Segurança dos Direitos de Propriedade	8,3	7,9	8,3	8,3	8,6	9,2
Independência do Sistema Judiciário					8,3	8,0
Tribunais Imparciais					8,5	9,0
Proteção à Propriedade Intelectual					7,8	9,1
Interferência Militar						10,0
Integridade no Sistema Legal					10,0	10,0
Moeda e Inflação	9,6	9,2	9,2	9,6	9,7	9,7
Média anual cresc monetário menos tx média cresc potencial PIB	9,7	9,4	9,0	9,4	9,3	9,9
Desvio padrão da tx anual de Inflação	9,6	9,3	9,5	9,7	9,7	9,4
Inflação anual recente	9,0	8,2	8,1	9,1	9,6	9,3
Liberdade de possuir ctas correntes em moeda estrangeira internamente e no exterior	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
Restrições no Comércio Internacional	7,2	7,7	8,0	7,8	7,9	8,0
Tarifas no Comércio Internacional	8,4	8,5	8,9	8,2	8,4	8,0
Regulamentações e Barreiras no Comércio Internacional					7,8	8,8
Atual tamanho do setor comercial externo comparado com o esperado	1,6	4,2	4,9	5,0	5,1	5,0
Diferença entre taxa de câmbio oficial e a estabelecida pelo mercado negro	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
Restrições nas liberdades dos indivíduos em operações financeiras e de capital com o exterior	8,0	8,0	8,0	8,0	8,4	8,2
Regulamentação do Crédito, do Trabalho e dos Negócios	5,9	6,7	6,8	6,8	8,3	8,2
Regulamentações no Mercado de Crédito	9,3	8,8	9,5	9,6	9,3	9,3
Regulamentações no Mercado de Trabalho	4,3	7,8	7,7	7,7	7,5	7,2
Regulamentações nos Negócios					8,2	8,3

REINO UNIDO

	1970	1975	1980	1990	1995	2000
Índice de Liberdade Econômica	5,9	5,9	6,2	7,4	8,1	8,4
Tamanho do Governo: Gastos, Tributos e Empreendimentos Públicos	3,6	3,0	3,4	5,9	5,7	6,2
Gastos do Governo como percentual do PIB	5,1	3,9	3,9	4,5	4,4	5,2
Transferências e Subsídios como percentual do PIB		6,0	5,8	6,1	5,3	5,6
Empreendimentos Públicos e Investimentos como percentual do PIB	2,0	2,0	4,0	8,0	8,0	8,0
Principais Taxas Marginais de Tributos		0,0	0,0	5,0	5,0	6,0
Estrutura Legal e Segurança dos Direitos de Propriedade	8,0	8,3	7,0	7,7	8,9	9,3
Independência do Sistema Judiciário					8,5	9,0
Tribunais Imparciais					8,9	9,0
Proteção à Propriedade Intelectual					7,1	8,4
Interferência Militar					10,0	10,0
Integridade no Sistema Legal					10,0	10,0
Moeda e Inflação	6,0	5,0	5,8	8,1	9,5	9,7
Média anual cresc monetário menos tx média cresc potencial PIB		8,0	8,0	4,3	9,0	9,6
Desvio padrão da tx anual de Inflação	9,4	7,2	9,0	9,4	9,3	9,7
Inflação anual recente	8,5	4,7	6,2	8,7	9,5	9,4
Liberdade de possuir ctas correntes em moeda estrangeira internamente e no exterior	0,0	0,0	0,0	10,0	10,0	10,0
Restrições no Comércio Internacional	5,2	7,0	8,5	8,4	8,3	8,5
Tarifas no Comércio Internacional	2,1	8,8	8,9	8,4	8,6	9,0
Regulamentações e Barreiras no Comércio Internacional					8,0	9,3
Atual tamanho do setor comercial externo comparado com o esperado	6,8	5,8	5,0	5,1	5,2	4,9
Diferença entre taxa de câmbio oficial e a estabelecida pelo mercado negro	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
Restrições nas liberdades dos indivíduos em operações financeiras e de capital com o exterior	2,0	2,0	10,0	10,0	9,4	9,1
Regulamentação do Crédito, do Trabalho e dos Negócios	6,2	6,0	6,0	6,7	8,5	8,1
Regulamentações no Mercado de Crédito	8,2	7,1	7,3	9,9	9,7	9,3
Regulamentações no Mercado de Trabalho	6,6	6,8	6,7	7,2	7,2	6,9
Regulamentações nos Negócios					8,4	8,1

NOVA ZELÂNDIA

	1970	1975	1980	1990	1995	2000
Índice de Liberdade Econômica	6,4	5,6	6,2	7,1	8,6	8,2
Tamanho do Governo: Gastos, Tributos e Empreendimentos Públicos	5,4	4,4	3,8	5,5	7,5	6,7
Gastos do Governo como percentual do PIB	6,7	6,0	5,1	5,5	6,2	4,8
Transferências e Subsídios como percentual do PIB		4,6	4,2	2,6	6,6	6,9
Empreendimentos Públicos e Investimentos como percentual do PIB	4,0	4,0	4,0	7,0	10,0	10,0
Principais Taxas Marginais de Tributos		3,0	2,0	7,0	7,0	5,0
Estrutura Legal e Segurança dos Direitos de Propriedade	8,0	5,1	8,0	8,3	9,0	9,1
Independência do Sistema Judiciário					9,5	9,2
Tribunais Imparciais					9,1	9,2
Proteção à Propriedade Intelectual					7,3	7,2
Interferência Militar						10,0
Integridade no Sistema Legal					10,0	10,0
Moeda e Inflação	6,2	5,8	6,3	7,3	9,6	9,0
Média anual cresc monetário menos tx média cresc potencial PIB	9,7	7,6	8,9	1,8	9,1	7,0
Desvio padrão da tx anual de Inflação	7,8	8,5	9,2	7,8	9,9	9,4
Inflação anual recente	7,3	7,2	6,9	9,5	9,5	9,5
Liberdade de possuir ctas correntes em moeda estrangeira internamente e no exterior	0,0	0,0	0,0	10,0	10,0	10,0
Restrições no Comércio Internacional	6,5	6,9	7,0	7,8	8,0	8,3
Tarifas no Comércio Internacional	8,2	7,3	7,9	6,6	7,7	8,9
Regulamentações e Barreiras no Comércio Internacional					8,5	9,4
Atual tamanho do setor comercial externo comparado com o esperado	5,1	5,2	5,2	4,5	4,3	4,5
Diferença entre taxa de câmbio oficial e a estabelecida pelo mercado negro	7,8	9,0	10,0	10,0	10,0	10,0
Restrições nas liberdades dos indivíduos em operações financeiras e de capital com o exterior	5,0	5,0	5,0	10,0	9,6	8,9
Regulamentação do Crédito, do Trabalho e dos Negócios	5,7	5,7	5,7	6,6	8,9	7,9
Regulamentações no Mercado de Crédito	6,5	6,2	6,2	9,6	9,7	9,3
Regulamentações no Mercado de Trabalho	6,5	6,5	6,6	6,8	7,5	5,9
Regulamentações nos Negócios					9,4	8,5

CANADÁ

	1970	1975	1980	1990	1995	2000
Índice de Liberdade Econômica	7,5	6,7	7,1	7,5	7,8	8,0
Tamanho do Governo: Gastos, Tributos e Empreendimentos Públicos	4,9	5,2	4,9	5,3	5,3	6,0
Gastos do Governo como percentual do PIB	3,8	3,3	3,3	3,3	3,7	4,5
Transferências e Subsídios como percentual do PIB		7,7	6,2	5,9	5,5	6,3
Empreendimentos Públicos e Investimentos como percentual do PIB	8,0	8,0	8,0	8,0	8,0	10,0
Principais Taxas Marginais de Tributos	0,0	2,0	2,0	4,0	4,0	3,0
Estrutura Legal e Segurança dos Direitos de Propriedade	8,3	5,8	7,2	8,3	8,9	9,3
Independência do Sistema Judiciário					9,5	9,2
Tribunais Imparciais					8,9	9,2
Proteção à Propriedade Intelectual					7,3	8,0
Interferência Militar						10,0
Integridade no Sistema Legal					10,0	10,0
Moeda e Inflação	9,4	8,8	9,2	9,6	9,5	9,3
Média anual cresc monetário menos tx média cresc potencial PIB	8,4	8,7	9,7	9,2	9,0	8,4
Desvio padrão da tx anual de Inflação	9,8	8,5	9,3	9,6	9,7	9,4
Inflação anual recente	9,0	8,0	7,8	9,4	9,5	9,5
Liberdade de possuir ctas correntes em moeda estrangeira internamente e no exterior	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
Restrições no Comércio Internacional	8,5	7,5	7,6	7,5	7,4	7,9
Tarifas no Comércio Internacional	8,4	7,5	8,1	7,9	5,9	6,7
Regulamentações e Barreiras no Comércio Internacional					7,2	8,5
Atual tamanho do setor comercial externo comparado com o esperado	7,7	3,9	4,2	3,9	5,3	5,8
Diferença entre taxa de câmbio oficial e a estabelecida pelo mercado negro	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
Restrições nas liberdades dos indivíduos em operações financeiras e de capital com o exterior	8,0	8,0	8,0	8,0	8,4	8,6
Regulamentação do Crédito, do Trabalho e dos Negócios	6,6	6,3	6,8	6,7	7,7	7,6
Regulamentações no Mercado de Crédito	9,1	8,1	9,7	9,7	8,4	8,5
Regulamentações no Mercado de Trabalho	7,4	7,2	7,3	7,1	7,1	6,4
Regulamentações nos Negócios					7,7	8,0

IRLANDA

	1970	1975	1980	1990	1995	2000
Índice de Liberdade Econômica	6,8	5,8	6,1	6,7	8,2	8,1
Tamanho do Governo: Gastos, Tributos e Empreendimentos Públicos	6,5	4,2	4,7	5,6	5,9	6,1
Gastos do Governo como percentual do PIB	6,9	5,5	5,3	5,8	5,4	5,3
Transferências e Subsídios como percentual do PIB	6,5	5,1	5,4	5,4	5,1	4,2
Empreendimentos Públicos e Investimentos como percentual do PIB	6,0	6,0	7,0	10,0	10,0	10,0
Principais Taxas Marginais de Tributos		0,0	1,0	1,0	3,0	5,0
Estrutura Legal e Segurança dos Direitos de Propriedade	8,3	6,4	7,1	7,7	8,9	9,0
Independência do Sistema Judiciário					9,3	8,7
Tribunais Imparciais					8,9	9,2
Proteção à Propriedade Intelectual					7,3	7,0
Interferência Militar						10,0
Integridade no Sistema Legal					10,0	10,0
Moeda e Inflação	6,6	5,6	5,8	6,8	9,6	9,5
Média anual cresc monetário menos tx média cresc potencial PIB	9,5	8,4	7,4	9,1	9,1	9,9
Desvio padrão da tx anual de Inflação	8,9	8,1	8,6	9,0	9,5	9,2
Inflação anual recente	8,1	6,0	7,1	9,0	9,9	8,9
Liberdade de possuir ctas correntes em moeda estrangeira internamente e no exterior	0,0	0,0	0,0	0,0	10,0	10,0
Restrições no Comércio Internacional	6,6	7,2	7,2	7,3	8,5	8,9
Tarifas no Comércio Internacional	5,4	7,5	8,0	7,9	8,4	9,0
Regulamentações e Barreiras no Comércio Internacional					8,9	8,9
Atual tamanho do setor comercial externo comparado com o esperado	6,1	5,5	6,0	6,4	6,9	8,2
Diferença entre taxa de câmbio oficial e a estabelecida pelo mercado negro	10,0	10,0	10,0	9,8	10,0	10,0
Restrições nas liberdades dos indivíduos em operações financeiras e de capital com o exterior	5,0	5,0	5,0	5,0	8,5	8,6
Regulamentação do Crédito, do Trabalho e dos Negócios	5,5	5,8	6,0	6,2	7,9	7,1
Regulamentações no Mercado de Crédito	6,4	6,3	7,3	8,8	8,7	8,1
Regulamentações no Mercado de Trabalho		6,8	6,6	6,5	6,7	5,3
Regulamentações nos Negócios					8,3	7,8

AUSTRÁLIA

	1970	1975	1980	1990	1995	2000
Índice de Liberdade Econômica	7,1	6,2	6,8	7,2	7,8	8,0
Tamanho do Governo: Gastos, Tributos e Empreendimentos Públicos	6,1	5,2	5,1	5,4	5,7	6,2
Gastos do Governo como percentual do PIB	6,2	5,0	4,9	5,2	5,5	4,7
Transferências e Subsídios como percentual do PIB		7,8	7,4	7,2	6,3	7,1
Empreendimentos Públicos e Investimentos como percentual do PIB	6,0	6,0	6,0	6,0	7,0	10,0
Principais Taxas Marginais de Tributos		2,0	2,0	3,0	4,0	3,0
Estrutura Legal e Segurança dos Direitos de Propriedade	8,0	5,1	7,3	7,9	8,8	9,5
Independência do Sistema Judiciário					9,1	9,5
Tribunais Imparciais					9,0	9,7
Proteção à Propriedade Intelectual					7,3	8,3
Interferência Militar					10,0	0,0
Integridade no Sistema Legal					10,0	10,0
Moeda e Inflação	9,6	8,4	8,9	9,0	9,3	9,3
Média anual cresc monetário menos tx média cresc potencial PIB	9,7	8,4	8,3	7,6	8,1	8,7
Desvio padrão da tx anual de Inflação	9,6	8,3	9,4	9,2	9,7	9,4
Inflação anual recente	8,9	7,0	8,0	9,3	9,4	9,1
Liberdade de possuir ctas correntes em moeda estrangeira internamente e no exterior	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
Restrições no Comércio Internacional	6,3	6,3	6,0	7,4	7,6	7,7
Tarifas no Comércio Internacional	7,5	6,8	7,4	6,5	7,7	8,5
Regulamentações e Barreiras no Comércio Internacional					6,4	8,8
Atual tamanho do setor comercial externo comparado com o esperado	5,6	4,7	4,9	5,0	5,4	5,3
Diferença entre taxa de câmbio oficial e a estabelecida pelo mercado negro	10,0	9,8	9,8	10,0	10,0	10,0
Restrições nas liberdades dos indivíduos em operações financeiras e de capital com o exterior	2,0	2,0	2,0	8,0	8,3	6,1
Regulamentação do Crédito, do Trabalho e dos Negócios	5,4	5,8	6,5	6,4	7,4	7,3
Regulamentações no Mercado de Crédito	7,9	6,1	8,4	9,7	9,3	8,9
Regulamentações no Mercado de Trabalho				6,6	5,4	5,6
Regulamentações nos Negócios					7,5	7,3

FINLÂNDIA

	1970	1975	1980	1990	1995	2000
Índice de Liberdade Econômica	6,9	5,8	6,3	6,5	7,3	7,7
Tamanho do Governo: Gastos, Tributos e Empreendimentos Públicos	6,4	5,0	4,7	3,8	3,8	4,3
Gastos do Governo como percentual do PIB	5,8	4,9	4,4	3,3	3,3	3,1
Transferências e Subsídios como percentual do PIB		6,3	6,2	5,8	3,9	5,2
Empreendimentos Públicos e Investimentos como percentual do PIB	7,0	7,0	7,0	6,0	6,0	6,0
Principais Taxas Marginais de Tributos		2,0	1,0	0,0	2,0	3,0
Estrutura Legal e Segurança dos Direitos de Propriedade	7,1	5,0	6,8	8,3	9,1	9,5
Independência do Sistema Judiciário					9,8	9,7
Tribunais Imparciais					9,4	8,9
Proteção à Propriedade Intelectual					7,2	8,9
Interferência Militar						10,0
Integridade no Sistema Legal					10,0	10,0
Moeda e Inflação	8,0	6,6	7,8	9,3	8,3	9,3
Média anual cresc monetário menos tx média cresc potencial PIB	8,8	6,2	8,9	8,6	3,9	8,3
Desvio padrão da tx anual de Inflação	8,8	7,9	9,3	9,6	9,7	9,6
Inflação anual recente	9,2	7,3	8,1	8,8	9,5	9,3
Liberdade de possuir ctas correntes em moeda estrangeira internamente e no exterior	5,0	5,0	5,0	10,0	10,0	10,0
Restrições no Comércio Internacional	6,5	6,5	6,3	5,7	8,2	8,3
Tarifas no Comércio Internacional	9,0	8,1	8,7	8,0	8,7	9,0
Regulamentações e Barreiras no Comércio Internacional					9,3	9,8
Atual tamanho do setor comercial externo comparado com o esperado	5,1	4,2	4,8	2,8	4,5	4,6
Diferença entre taxa de câmbio oficial e a estabelecida pelo mercado negro	10,0	9,8	9,8	10,0	10,0	10,0
Restrições nas liberdades dos indivíduos em operações financeiras e de capital com o exterior	2,0	2,0	2,0	2,0	8,7	8,1
Regulamentação do Crédito, do Trabalho e dos Negócios	5,4	5,8	5,7	5,5	7,1	7,0
Regulamentações no Mercado de Crédito	9,6	9,0	8,6	9,3	9,0	8,8
Regulamentações no Mercado de Trabalho	4,6	4,1	4,1	3,7	3,5	3,3
Regulamentações nos Negócios					8,9	8,8

DINAMARCA

	1970	1975	1980	1990	1995	2000
Índice de Liberdade Econômica	6,5	5,8	5,9	6,6	7,4	7,6
Tamanho do Governo: Gastos, Tributos e Empreendimentos Públicos	4,9	3,6	3,1	2,9	3,2	3,7
Gastos do Governo como percentual do PIB	3,7	2,2	1,8	1,7	1,9	1,7
Transferências e Subsídios como percentual do PIB		5,3	4,5	4,0	2,9	4,3
Empreendimentos Públicos e Investimentos como percentual do PIB	6,0	6,0	6,0	6,0	7,0	7,0
Principais Taxas Marginais de Tributos		1,0	0,0	0,0	1,0	2,0
Estrutura Legal e Segurança dos Direitos de Propriedade	8,2	6,2	7,2	8,3	8,9	9,5
Independência do Sistema Judiciário					8,8	9,4
Tribunais Imparciais					9,5	9,5
Proteção à Propriedade Intelectual					7,4	8,8
Interferência Militar						10,0
Integridade no Sistema Legal					10,0	10,0
Moeda e Inflação	6,7	6,2	6,7	9,4	9,7	9,6
Média anual cresc monetário menos tx média cresc potencial PIB	8,9	8,0	8,6	8,5	9,6	9,1
Desvio padrão da tx anual de Inflação	9,7	9,2	9,7	9,7	9,8	9,8
Inflação anual recente	8,3	7,5	8,4	9,3	9,6	9,4
Liberdade de possuir ctas correntes em moeda estrangeira internamente e no exterior	0,0	0,0	0,0	10,0	10,0	10,0
Restrições no Comércio Internacional	7,1	7,0	6,7	6,7	7,8	8,1
Tarifas no Comércio Internacional	8,7	8,8	9,0	8,5	8,7	9,0
Regulamentações e Barreiras no Comércio Internacional					9,1	9,4
Atual tamanho do setor comercial externo comparado com o esperado	4,8	3,4	3,2	3,3	2,4	3,0
Diferença entre taxa de câmbio oficial e a estabelecida pelo mercado negro	10,0	9,8	9,6	10,0	10,0	10,0
Restrições nas liberdades dos indivíduos em operações financeiras e de capital com o exterior	5,0	5,0	5,0	5,0	8,8	9,0
Regulamentação do Crédito, do Trabalho e dos Negócios	5,5	5,8	5,7	5,9	7,5	7,2
Regulamentações no Mercado de Crédito	9,0	9,1	9,4	9,3	9,2	9,3
Regulamentações no Mercado de Trabalho	4,1	4,0	3,5	4,7	4,8	4,6
Regulamentações nos Negócios					8,5	3,0

ÁUSTRIA

	1970	1975	1980	1990	1995	2000
Índice de Liberdade Econômica	6,2	5,9	6,2	6,8	7,0	7,5
Tamanho do Governo: Gastos, Tributos e Empreendimentos Públicos	4,5	3,9	3,1	3,6	3,3	3,9
Gastos do Governo como percentual do PIB	5,5	4,8	4,5	4,4	4,0	4,2
Transferências e Subsídios como percentual do PIB	6,1	4,9	4,1	4,0	3,3	3,6
Empreendimentos Públicos e Investimentos como percentual do PIB	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	4,0
Principais Taxas Marginais de Tributos		4,0	2,0	4,0	4,0	4,0
Estrutura Legal e Segurança dos Direitos de Propriedade			8,0	8,3	8,6	9,3
Independência do Sistema Judiciário					8,8	9,0
Tribunais Imparciais					7,7	9,0
Proteção à Propriedade Intelectual					7,7	8,7
Interferência Militar						10,0
Integridade no Sistema Legal					10,0	10,0
Moeda e Inflação	8,4	7,9	8,4	9,6	9,5	9,5
Média anual cresc monetário menos tx média cresc potencial PIB	9,6	8,5	9,8	9,2	8,6	9,0
Desvio padrão da tx anual de Inflação	9,7	9,5	9,6	9,7	9,7	9,6
Inflação anual recente	9,1	8,7	9,0	9,3	9,6	9,5
Liberdade de possuir ctas correntes em moeda estrangeira internamente e no exterior	5,0	5,0	5,0	10,0	10,0	10,0
Restrições no Comércio Internacional	6,7	6,5	6,3	7,0	8,0	8,3
Tarifas no Comércio Internacional	8,3	7,9	8,6	7,9	8,7	9,1
Regulamentações e Barreiras no Comércio Internacional					8,1	9,2
Atual tamanho do setor comercial externo comparado com o esperado	6,5	4,3	4,6	5,1	4,6	5,4
Diferença entre taxa de câmbio oficial e a estabelecida pelo mercado negro	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
Restrições nas liberdades dos indivíduos em operações financeiras e de capital com o exterior	2,0	2,0	2,0	5,0	8,5	8,1
Regulamentação do Crédito, do Trabalho e dos Negócios	5,1	5,3	5,4	5,4	5,8	6,4
Regulamentações no Mercado de Crédito	7,2	6,4	7,0	7,5	6,7	8,0
Regulamentações no Mercado de Trabalho	3,2	4,8	4,6	4,6	4,3	3,9
Regulamentações nos Negócios					6,4	7,3

CHILE

	1970	1975	1980	1990	1995	2000
Índice de Liberdade Econômica	3,4	3,6	5,1	6,5	7,3	7,5
Tamanho do Governo: Gastos, Tributos e Empreendimentos Públicos	5,0	4,0	5,0	6,5	7,3	7,1
Gastos do Governo como percentual do PIB	7,2	6,6	7,4	7,8	7,8	7,0
Transferências e Subsídios como percentual do PIB	5,9	7,3	6,6	7,3	7,4	6,5
Empreendimentos Públicos e Investimentos como percentual do PIB	2,0	0,0	4,0	7,0	8,0	10,0
Principais Taxas Marginais de Tributos		2,0	2,0	4,0	6,0	5,0
Estrutura Legal e Segurança dos Direitos de Propriedade	1,1	3,9	6,4	6,2	6,6	6,5
Independência do Sistema Judiciário					6,6	5,8
Tribunais Imparciais					7,1	6,5
Proteção à Propriedade Intelectual					5,6	5,3
Interferência Militar						6,7
Integridade no Sistema Legal					7,0	8,3
Moeda e Inflação	5,1	0,0	2,3	7,2	8,0	9,3
Média anual cresc monetário menos tx média cresc potencial PIB	1,0	0,0	0,0	4,8	5,4	9,1
Desvio padrão da tx anual de Inflação	7,5	0,0	0,0	8,3	8,4	9,0
Inflação anual recente	1,9	0,0	4,2	5,8	8,1	9,2
Liberdade de possuir ctas correntes em moeda estrangeira internamente e no exterior	10,0	0,0	5,0	10,0	10,0	10,0
Restrições no Comércio Internacional	2,4	5,8	6,3	6,9	7,5	7,4
Tarifas no Comércio Internacional	4,6	3,1	8,7	8,2	8,5	8,7
Regulamentações e Barreiras no Comércio Internacional					7,1	8,4
Atual tamanho do setor comercial externo comparado com o esperado	2,8	6,6	5,5	7,5	5,7	5,8
Diferença entre taxa de câmbio oficial e a estabelecida pelo mercado negro	0,2	9,0	8,8	10,0	9,6	10,0
Restrições nas liberdades dos indivíduos em operações financeiras e de capital com o exterior	2,0	2,0	2,0	2,0	6,5	4,3
Regulamentação do Crédito, do Trabalho e dos Negócios		4,6	5,7	5,8	7,2	7,0
Regulamentações no Mercado de Crédito		4,8	7,5	8,4	9,0	8,4
Regulamentações no Mercado de Trabalho				4,9	5,3	4,9
Regulamentações nos Negócios					7,3	7,8

KUWAIT

	1970	1975	1980	1990	1995	2000
Índice de Liberdade Econômica			3,7	4,7	6,3	7,0
Tamanho do Governo: Gastos, Tributos e Empreendimentos Públicos		1,9	3,0	32,0	3,8	6,1
Gastos do Governo como percentual do PIB	4,1	1,9	3,9	0,0	0,0	1,4
Transferências e Subsídios como percentual do PIB				7,5	7,5	7,1
Empreendimentos Públicos e Investimentos como percentual do PIB		2,0	2,0	2,0	4,0	6,0
Principais Taxas Marginais de Tributos						10,0
Estrutura Legal e Segurança dos Direitos de Propriedade			1,8	2,7	6,2	7,1
Independência do Sistema Judiciário						
Tribunais Imparciais						
Proteção à Propriedade Intelectual						
Interferência Militar						8,3
Integridade no Sistema Legal					7,0	8,3
Moeda e Inflação	9,9	6,4	4,9	7,1	9,1	9,5
Média anual cresc monetário menos tx média cresc potencial PIB		5,5	5,9	8,6	10,0	9,4
Desvio padrão da tx anual de Inflação	9,7	0,0	2,1	4,6	7,5	9,0
Inflação anual recente	9,9	9,9	1,5	8,0	8,7	9,4
Liberdade de possuir ctas correntes em moeda estrangeira internamente e no exterior	10,0	10,0	10,0		10,0	10,0
Restrições no Comércio Internacional				7,0	6,8	7,2
Tarifas no Comércio Internacional				9,2	9,4	9,3
Regulamentações e Barreiras no Comércio Internacional						
Atual tamanho do setor comercial externo comparado com o esperado	4,3	5,6	5,5	5,4	4,6	4,0
Diferença entre taxa de câmbio oficial e a estabelecida pelo mercado negro	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
Restrições nas liberdades dos indivíduos em operações financeiras e de capital com o exterior	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	4,6
Regulamentação do Crédito, do Trabalho e dos Negócios		5,1	5,1	3,5	5,5	5,1
Regulamentações no Mercado de Crédito	10,0	7,4	7,4	3,0	6,0	6,8
Regulamentações no Mercado de Trabalho						
Regulamentações nos Negócios						

CORÉIA DO SUL

	1970	1975	1980	1990	1995	2000
Índice de Liberdade Econômica	6,1	5,4	5,7	6,1	6,4	7,0
Tamanho do Governo: Gastos, Tributos e Empreendimentos Públicos	8,1	6,6	6,0	6,6	6,8	7,1
Gastos do Governo como percentual do PIB	8,5	7,8	7,3	7,1	7,0	7,3
Transferências e Subsídios como percentual do PIB	9,9	9,6	9,6	9,3	9,3	9,1
Empreendimentos Públicos e Investimentos como percentual do PIB	6,0	7,0	7,0	7,0	6,0	7,0
Principais Taxas Marginais de Tributos		2,0	0,0	3,0	5,0	5,0
Estrutura Legal e Segurança dos Direitos de Propriedade	5,8	4,9	6,5	5,4	5,3	6,0
Independência do Sistema Judiciário					4,9	4,7
Tribunais Imparciais					5,3	5,2
Proteção à Propriedade Intelectual					4,3	5,0
Interferência Militar						8,3
Integridade no Sistema Legal					7,0	6,7
Moeda e Inflação	5,0	4,4	5,0	6,5	7,7	9,5
Média anual cresc monetário menos tx média cresc potencial PIB	4,4	5,7	6,2	8,6	7,8	9,6
Desvio padrão da tx anual de Inflação	9,3	7,3	8,8	9,2	9,3	8,9
Inflação anual recente	6,2	4,8	5,0	8,0	8,9	9,5
Liberdade de possuir ctas correntes em moeda estrangeira internamente e no exterior	0,0	0,0	0,0	0,0	5,0	10,0
Restrições no Comércio Internacional	4,7	6,6	5,8	7,2	7,0	7,0
Tarifas no Comércio Internacional	8,3	7,9	6,6	7,5	7,9	8,2
Regulamentações e Barreiras no Comércio Internacional					6,0	6,8
Atual tamanho do setor comercial externo comparado com o esperado	4,6	7,4	8,6	6,3	6,2	6,4
Diferença entre taxa de câmbio oficial e a estabelecida pelo mercado negro	6,0	9,6	7,8	9,8	10,0	10,0
Restrições nas liberdades dos indivíduos em operações financeiras e de capital com o exterior	0,0	0,0	0,0	5,0	4,8	3,6
Regulamentação do Crédito, do Trabalho e dos Negócios		4,6	5,1	5,0	5,0	5,4
Regulamentações no Mercado de Crédito	10,0	5,6	6,1	8,2	7,4	6,9
Regulamentações no Mercado de Trabalho				3,6	4,4	4,2
Regulamentações nos Negócios					3,1	5,2

JAPÃO

	1970	1975	1980	1990	1995	2000
Índice de Liberdade Econômica	7,2	6,5	6,9	7,3	7,0	7,3
Tamanho do Governo: Gastos, Tributos e Empreendimentos Públicos	8,6	6,2	5,8	6,2	5,1	5,3
Gastos do Governo como percentual do PIB	8,1	7,4	7,6	7,8	5,5	5,0
Transferências e Subsídios como percentual do PIB	9,7	8,3	7,6	7,0	6,8	
Empreendimentos Públicos e Investimentos como percentual do PIB	8,0	8,0	8,0	8,0	6,0	6,0
Principais Taxas Marginais de Tributos		1,0	0,0	2,0	2,0	5,0
Estrutura Legal e Segurança dos Direitos de Propriedade	8,0	6,2	7,9	7,7	7,8	8,2
Independência do Sistema Judiciário					8,3	8,0
Tribunais Imparciais					6,1	7,0
Proteção à Propriedade Intelectual					6,8	7,6
Interferência Militar						10,0
Integridade no Sistema Legal					10,0	8,3
Moeda e Inflação	6,8	7,3	8,2	9,7	9,6	9,5
Média anual cresc monetário menos tx média cresc potencial PIB	8,9	7,9	9,5	9,6	9,1	8,4
Desvio padrão da tx anual de Inflação	9,7	7,6	9,3	9,7	9,5	9,8
Inflação anual recente	8,7	8,6	8,9	9,6	9,9	9,9
Liberdade de possuir ctas correntes em moeda estrangeira internamente e no exterior	0,0	5,0	5,0	10,0	10,0	10,0
Restrições no Comércio Internacional	6,0	6,5	6,1	6,9	5,9	6,8
Tarifas no Comércio Internacional	8,1	8,5	8,8	8,2	8,1	8,4
Regulamentações e Barreiras no Comércio Internacional					3,7	7,4
Atual tamanho do setor comercial externo comparado com o esperado	4,2	4,0	3,8	1,4	0,0	0,0
Diferença entre taxa de câmbio oficial e a estabelecida pelo mercado negro	9,8	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
Restrições nas liberdades dos indivíduos em operações financeiras e de capital com o exterior	2,0	2,0	2,0	8,0	7,7	8,4
Regulamentação do Crédito, do Trabalho e dos Negócios	6,3	6,2	6,5	6,2	6,6	6,7
Regulamentações no Mercado de Crédito	7,2	7,1	7,8	8,0	7,2	6,3
Regulamentações no Mercado de Trabalho	7,9	7,9	8,0	7,2	7,5	6,5
Regulamentações nos Negócios					5,0	6,0

ITÁLIA

	1970	1975	1980	1990	1995	2000
Índice de Liberdade Econômica	6,1	5,3	5,3	6,5	6,3	7,1
Tamanho do Governo: Gastos, Tributos e Empreendimentos Públicos	5,4	5,2	3,6	3,3	3,7	4,6
Gastos do Governo como percentual do PIB	6,4	6,2	6,0	5,2	5,7	4,8
Transferências e Subsídios como percentual do PIB	5,9	5,4	4,4	3,1	2,3	4,4
Empreendimentos Públicos e Investimentos como percentual do PIB	4,0	4,0	4,0	4,0	6,0	6,0
Principais Taxas Marginais de Tributos		5,0	0,0	1,0	1,0	3,0
Estrutura Legal e Segurança dos Direitos de Propriedade	6,2	3,9	5,7	7,7	5,7	7,7
Independência do Sistema Judiciário					5,1	4,8
Tribunais Imparciais					5,4	5,7
Proteção à Propriedade Intelectual					5,4	7,8
Interferência Militar						10,0
Integridade no Sistema Legal					7,0	10,0
Moeda e Inflação	6,3	5,5	5,3	9,2	9,5	9,4
Média anual cresc monetário menos tx média cresc potencial PIB	7,4	7,5	6,5	8,8	9,5	8,7
Desvio padrão da tx anual de Inflação	9,3	7,8	9,0	9,7	9,4	9,5
Inflação anual recente	8,6	6,8	5,8	8,2	9,0	9,5
Liberdade de possuir ctas correntes em moeda estrangeira internamente e no exterior	0,0	0,0	0,0	10,0	10,0	10,0
Restrições no Comércio Internacional	7,3	7,0	7,2	6,9	7,7	8,1
Tarifas no Comércio Internacional	9,9	8,8	9,0	8,5	8,7	9,1
Regulamentações e Barreiras no Comércio Internacional					7,0	8,5
Atual tamanho do setor comercial externo comparado com o esperado	4,8	4,9	5,0	4,2	5,0	4,5
Diferença entre taxa de câmbio oficial e a estabelecida pelo mercado negro	9,6	8,2	10,0	10,0	10,0	10,0
Restrições nas liberdades dos indivíduos em operações financeiras e de capital com o exterior	5,0	5,0	5,0	5,0	8,0	8,4
Regulamentação do Crédito, do Trabalho e dos Negócios	5,2	4,9	4,8	5,2	4,8	5,6
Regulamentações no Mercado de Crédito	6,9	5,9	5,0	6,9	6,6	7,1
Regulamentações no Mercado de Trabalho	3,7	3,8	4,1	4,2	3,5	3,5
Regulamentações nos Negócios					4,4	6,3

FRANÇA

	1970	1975	1980	1990	1995	2000
Índice de Liberdade Econômica	6,4	5,6	5,8	6,7	6,8	7,0
Tamanho do Governo: Gastos, Tributos e Empreendimentos Públicos	5,0	4,5	3,7	3,8	3,3	2,5
Gastos do Governo como percentual do PIB	5,8	5,3	4,8	4,8	2,9	1,9
Transferências e Subsídios como percentual do PIB	5,1	3,6	3,0	3,3	2,5	2,3
Empreendimentos Públicos e Investimentos como percentual do PIB	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0
Principais Taxas Marginais de Tributos		5,0	3,0	3,0	4,0	2,0
Estrutura Legal e Segurança dos Direitos de Propriedade	7,4	4,9	6,8	7,7	7,4	8,1
Independência do Sistema Judiciário					6,6	6,3
Tribunais Imparciais					5,6	8,0
Proteção à Propriedade Intelectual					7,3	9,4
Interferência Militar						8,3
Integridade no Sistema Legal					10,0	8,3
Moeda e Inflação	7,1	6,2	6,3	9,6	9,8	9,5
Média anual cresc monetário menos tx média cresc potencial PIB	10,0	8,3	8,0	9,4	9,9	8,4
Desvio padrão da tx anual de Inflação	9,4	8,9	9,7	9,6	9,7	9,8
Inflação anual recente	8,9	7,4	7,7	9,4	9,7	9,7
Liberdade de possuir ctas correntes em moeda estrangeira internamente e no exterior	0,0	0,0	0,0	10,0	10,0	10,0
Restrições no Comércio Internacional	6,5	6,6	6,2	7,1	7,5	8,1
Tarifas no Comércio Internacional	9,7	8,9	9,0	8,5	8,7	9,0
Regulamentações e Barreiras no Comércio Internacional					7,7	8,8
Atual tamanho do setor comercial externo comparado com o esperado	4,8	4,2	4,6	4,8	4,2	4,8
Diferença entre taxa de câmbio oficial e a estabelecida pelo mercado negro	9,6	10,0	9,4	10,0	10,0	10,0
Restrições nas liberdades dos indivíduos em operações financeiras e de capital com o exterior	2,0	2,0	2,0	5,0	6,8	8,0
Regulamentação do Crédito, do Trabalho e dos Negócios	5,5	5,8	5,7	5,5	6,1	7,0
Regulamentações no Mercado de Crédito	8,5	9,2	8,9	9,0	8,8	8,7
Regulamentações no Mercado de Trabalho	3,4	4,0	3,9	3,8	3,4	5,0
Regulamentações nos Negócios					6,1	7,3

REPÚBLICA DOMINICANA

	1970	1975	1980	1990	1995	2000
Índice de Liberdade Econômica			5,9	4,6	5,9	6,7
Tamanho do Governo: Gastos, Tributos e Empreendimentos Públicos	7,8	5,7	5,7	6,4	8,6	8,6
Gastos do Governo como percentual do PIB	7,99,6	9,4	9,1	10,0	9,9	9,0
Transferências e Subsídios como percentual do PIB	6,0	9,5	9,7	9,7	9,7	9,3
Empreendimentos Públicos e Investimentos como percentual do PIB		4,0	4,0	6,0	6,0	7,0
Principais Taxas Marginais de Tributos		0,0	0,0	0,0	9,0	9,0
Estrutura Legal e Segurança dos Direitos de Propriedade			5,8	5,3	4,1	4,3
Independência do Sistema Judiciário						
Tribunais Imparciais						
Proteção à Propriedade Intelectual						2,9
Interferência Militar						5,0
Integridade no Sistema Legal						5,0
Moeda e Inflação	7,2	5,6	7,4	1,5	4,2	7,5
Média anual cresc monetário menos tx média cresc potencial PIB	10,0	8,3	9,3	2,7	7,5	7,7
Desvio padrão da tx anual de Inflação	9,1	7,4	8,1	3,5	2,0	8,8
Inflação anual recente	9,6	6,6	7,3	0,0	7,5	8,5
Liberdade de possuir ctas correntes em moeda estrangeira internamente e no exterior	0,0	0,0	5,0	0,0	0,0	5,0
Restrições no Comércio Internacional	3,7	3,8	3,8	4,2	5,8	6,5
Tarifas no Comércio Internacional	0,0	0,0	3,5	5,1	5,0	5,8
Regulamentações e Barreiras no Comércio Internacional						3,3
Atual tamanho do setor comercial externo comparado com o esperado	2,6	4,5	2,6	5,7	4,0	6,8
Diferença entre taxa de câmbio oficial e a estabelecida pelo mercado negro	5,6	4,4	2,6	0,0	9,6	10,0
Restrições nas liberdades dos indivíduos em operações financeiras e de capital com o exterior	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	6,5
Regulamentação do Crédito, do Trabalho e dos Negócios			6,8	5,7	7,0	6,7
Regulamentações no Mercado de Crédito	6,7	7,6	7,8	6,0	9,0	8,2
Regulamentações no Mercado de Trabalho						5,9
Regulamentações nos Negócios						6,0

URUGUAI

	1970	1975	1980	1990	1995	2000
Índice de Liberdade Econômica			5,9	6,2	5,9	6,8
Tamanho do Governo: Gastos, Tributos e Empreendimentos Públicos	6,7	6,2	7,3	7,4	7,2	6,7
Gastos do Governo como percentual do PIB	6,8	6,9	7,6	6,8	7,5	7,4
Transferências e Subsídios como percentual do PIB	7,4	6,9	7,7	6,9	5,4	5,2
Empreendimentos Públicos e Investimentos como percentual do PIB	6,0	4,0	4,0	6,0	6,0	4,0
Principais Taxas Marginais de Tributos		7,0	10,0	10,0	10,0	10,0
Estrutura Legal e Segurança dos Direitos de Propriedade			5,6	6,3	6,2	6,3
Independência do Sistema Judiciário						
Tribunais Imparciais						
Proteção à Propriedade Intelectual						5,5
Interferência Militar						8,3
Integridade no Sistema Legal					7,0	5,0
Moeda e Inflação	5,1	2,5	3,8	3,8	3,2	7,6
Média anual cresc monetário menos tx média cresc potencial PIB	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	7,5
Desvio padrão da tx anual de Inflação	0,0	0,0	5,3	5,0	1,1	3,9
Inflação anual recente	9,9	0,0	0,0	0,0	1,6	9,0
Liberdade de possuir ctas correntes em moeda estrangeira internamente e no exterior	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
Restrições no Comércio Internacional	6,5	7,2	6,6	7,4	7,3	7,3
Tarifas no Comércio Internacional	6,9	7,7	4,1	5,9	7,8	8,5
Regulamentações e Barreiras no Comércio Internacional						
Atual tamanho do setor comercial externo comparado com o esperado	0,1	2,2	0,9	3,1	0,6	1,9
Diferença entre taxa de câmbio oficial e a estabelecida pelo mercado negro	9,4	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
Restrições nas liberdades dos indivíduos em operações financeiras e de capital com o exterior	8,0	8,0	10,0	10,0	10,0	8,7
Regulamentação do Crédito, do Trabalho e dos Negócios			6,0	6,0	5,8	6,2
Regulamentações no Mercado de Crédito		5,0	5,5	7,0	6,6	6,6
Regulamentações no Mercado de Trabalho						5,9
Regulamentações nos Negócios						6,1

ARGENTINA

	1970	1975	1980	1990	1995	2000
Índice de Liberdade Econômica	5,6	3,4	4,2	4,7	6,4	7,2
Tamanho do Governo: Gastos, Tributos e Empreendimentos Públicos	6,0	5,6	6,1	7,4	8,1	8,0
Gastos do Governo como percentual do PIB	7,9	6,5	6,9	8,5	8,1	6,9
Transferências e Subsídios como percentual do PIB		8,0	7,5	8,2	7,3	7,2
Empreendimentos Públicos e Investimentos como percentual do PIB	4,0	4,0	4,0	6,0	8,0	10,0
Principais Taxas Marginais de Tributos		4,0	6,0	7,0	9,0	8,0
Estrutura Legal e Segurança dos Direitos de Propriedade	3,8	1,6	4,2	6,0	4,9	5,4
Independência do Sistema Judiciário					3,9	3,2
Tribunais Imparciais					4,2	5,2
Proteção à Propriedade Intelectual					4,6	3,7
Interferência Militar						6,7
Integridade no Sistema Legal					7,0	8,3
Moeda e Inflação	7,5	2,5	2,5	2,5	5,4	9,5
Média anual cresc monetário menos tx média cresc potencial PIB	5,0	0,0	0,0	0,0	2,5	9,9
Desvio padrão da tx anual de Inflação	6,2	0,0	0,0	0,0	0,0	9,1
Inflação anual recente	8,8	0,0	0,0	0,0	9,2	9,2
Liberdade de possuir ctas correntes em moeda estrangeira internamente e no exterior	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
Restrições no Comércio Internacional		2,2	3,5	3,3	6,8	6,4
Tarifas no Comércio Internacional		0,7	4,1	3,2	7,5	6,9
Regulamentações e Barreiras no Comércio Internacional					7,2	6,4
Atual tamanho do setor comercial externo comparado com o esperado	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,1
Diferença entre taxa de câmbio oficial e a estabelecida pelo mercado negro	10,0	0,0	9,8	10,0	10,0	10,0
Restrições nas liberdades dos indivíduos em operações financeiras e de capital com o exterior	2,0	2,0	0,0	0,0	9,5	6,6
Regulamentação do Crédito, do Trabalho e dos Negócios	5,0	5,1	4,5	4,3	6,6	6,6
Regulamentações no Mercado de Crédito	7,0	6,6	4,5	3,7	7,8	7,3
Regulamentações no Mercado de Trabalho	3,6	3,7	3,7	3,5	5,9	6,1
Regulamentações nos Negócios					6,0	6,4

BAHAMAS

	1970	1975	1980	1990	1995	2000
Índice de Liberdade Econômica		6,6	6,4	6,2	6,2	7,1
Tamanho do Governo: Gastos, Tributos e Empreendimentos Públicos	7,9	8,1	7,7	7,3	8,0	7,7
Gastos do Governo como percentual do PIB		6,6	6,8	7,2	6,2	
Transferências e Subsídios como percentual do PIB	9,8	10,0	10,0	9,9	9,9	7,1
Empreendimentos Públicos e Investimentos como percentual do PIB	6,0	6,0	4,0	2,0	6,0	6,0
Principais Taxas Marginais de Tributos		10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
Estrutura Legal e Segurança dos Direitos de Propriedade				5,7	4,1	7,1
Independência do Sistema Judiciário						
Tribunais Imparciais						
Proteção à Propriedade Intelectual						10,0
Interferência Militar						6,7
Integridade no Sistema Legal					4,1	
Moeda e Inflação	9,0	6,5	6,1	6,8	7,0	6,8
Média anual cresc monetário menos tx média cresc potencial PIB		9,6	7,9	8,7	9,1	7,8
Desvio padrão da tx anual de Inflação	9,3	8,7	8,6	9,3	9,3	9,7
Inflação anual recente	8,8	7,9	8,0	9,4	9,4	9,7
Liberdade de possuir ctas correntes em moeda estrangeira internamente e no exterior		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Restrições no Comércio Internacional		5,1	4,6	4,5	4,8	
Tarifas no Comércio Internacional	4,7	4,1	4,3	3,6	3,1	2,8
Regulamentações e Barreiras no Comércio Internacional						
Atual tamanho do setor comercial externo comparado com o esperado		5,8	4,5	3,5	3,1	
Diferença entre taxa de câmbio oficial e a estabelecida pelo mercado negro	7,2	7,2	6,0	7,4	9,6	9,2
Restrições nas liberdades dos indivíduos em operações financeiras e de capital com o exterior	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,5
Regulamentação do Crédito, do Trabalho e dos Negócios		7,0	7,0	6,7	7,2	6,8
Regulamentações no Mercado de Crédito	9,7	8,7	8,6	9,3	9,4	9,5
Regulamentações no Mercado de Trabalho						
Regulamentações nos Negócios						

BRASIL

	1970	1975	1980	1990	1995	2000	2001
Índice de Liberdade Econômica	5,6	4,7	4,3	4,2	4,4	5,3	5,8
Tamanho do Governo: Gastos, Tributos e Empreendimentos Públicos	6,1	5,4	5,3	5,8	5,6	5,9	6,3
Gastos do Governo como percentual do PIB	7,6	7,7	8,3	4,5	4,5	4,4	4,4
Transferências e Subsídios como percentual do PIB	5,9	4,7	6,8	7,2	6,5	6,0	6,0
Empreendimentos Públicos e Investimentos como percentual do PIB	4,0	4,0	2,0	6,0	6,0	8,0	10,0
Principais Taxas Marginais de Tributos	7,0	5,0	4,0	5,5	5,5	5,0	5,0
Estrutura Legal e Segurança dos Direitos de Propriedade	6,2	5,4	5,9	6,2	5,8	5,4	4,9
Independência do Sistema Judiciário					5,6	5,5	5,3
Tribunais Imparciais					6,7	6,2	4,6
Proteção à Propriedade Intelectual					4,1	5,1	4,8
Interferência Militar					5,5	6,7	6,7
Integridade no Sistema Legal					7,0	3,3	3,3
Moeda e Inflação	5,9	3,6	1,3	0,0	0,0	3,9	6,1
Média anual cresc monetário menos tx média cresc potencial PIB	5,1	3,9	1,6	0,0	0,0	6,9	8,1
Desvio padrão da tx anual de Inflação	6,9	7,3	3,4	0,0	0,0	0,0	7,9
Inflação anual recente	6,6	3,2	0,0	0,0	0,0	8,6	8,6
Liberdade de possuir ctas correntes em moeda estrangeira internamente e no exterior	5,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Restrições no Comércio Internacional	4,7	3,8	4,4	4,4	5,4	5,7	6,4
Tarifas no Comércio Internacional	5,6	6,2	3,3	4,8	7,7	6,3	7,2
Regulamentações e Barreiras no Comércio Internacional					5,3	5,3	6,0
Atual tamanho do setor comercial externo comparado com o esperado	2,4	4,2	4,0	0,7	1,1	2,5	4,9
Diferença entre taxa de câmbio oficial e a estabelecida pelo mercado negro	7,2	0,2	6,4	8,0	9,4	10,0	10,0
Restrições nas liberdades dos indivíduos em operações financeiras e de capital com o exterior	0,0	0,0	0,0	0,0	3,6	4,2	4,2
Regulamentação do Crédito, do Trabalho e dos Negócios	5,2	5,2	4,9	4,7	5,1	6,0	5,3
Regulamentações no Mercado de Crédito	6,4	6,5	5,3	3,9	4,7	6,6	5,9
Regulamentações no Mercado de Trabalho				4,8	5,3	4,6	4,7
Regulamentações nos Negócios					5,2	6,7	5,4

VENEZUELA

	1970	1975	1980	1990	1995	2000
Índice de Liberdade Econômica	7,0	6,1	6,5	5,4	4,1	5,8
Tamanho do Governo: Gastos, Tributos e Empreendimentos Públicos	7,8	7,4	6,3	6,0	6,1	7,1
Gastos do Governo como percentual do PIB	6,6	6,2	6,6	8,3	9,0	8,8
Transferências e Subsídios como percentual do PIB	9,8	9,5	9,6	8,6	8,5	9,6
Empreendimentos Públicos e Investimentos como percentual do PIB	7,0	4,0	2,0	0,0	0,0	2,0
Principais Taxas Marginais de Tributos		10,0	7,0	87,0	7,0	8,0
Estrutura Legal e Segurança dos Direitos de Propriedade	4,4	2,8	6,2	5,7	3,4	3,7
Independência do Sistema Judiciário					2,9	1,7
Tribunais Imparciais					2,9	3,7
Proteção à Propriedade Intelectual					3,7	3,4
Interferência Militar						3,3
Integridade no Sistema Legal					4,1	6,7
Moeda e Inflação	9,7	6,9	7,3	4,4	1,7	5,7
Média anual cresc monetário menos tx média cresc potencial PIB	9,4	4,8	7,3	6,1	2,9	1,7
Desvio padrão da tx anual de Inflação	9,6	4,0	7,0	0,0	3,8	4,5
Inflação anual recente	9,7	9,0	4,8	1,7	0,0	6,8
Liberdade de possuir ctas correntes em moeda estrangeira internamente e no exterior	10,0	10,0	10,0	10,0	0,0	10,0
Restrições no Comércio Internacional	7,7	8,0	7,9	6,5	5,2	7,1
Tarifas no Comércio Internacional	8,1	7,5	8,0	4,2	7,8	7,4
Regulamentações e Barreiras no Comércio Internacional					4,6	5,7
Atual tamanho do setor comercial externo comparado com o esperado	4,6	6,2	5,6	6,9	5,1	4,1
Diferença entre taxa de câmbio oficial e a estabelecida pelo mercado negro	10,0	10,0	10,0	10,0	1,6	10,0
Restrições nas liberdades dos indivíduos em operações financeiras e de capital com o exterior	8,0	8,0	8,0	5,0	6,9	8,1
Regulamentação do Crédito, do Trabalho e dos Negócios	5,3	5,2	5,0	4,6	4,0	5,2
Regulamentações no Mercado de Crédito	9,7	7,4	6,1	4,6	4,6	6,0
Regulamentações no Mercado de Trabalho				3,9	4,3	4,0
Regulamentações nos Negócios					3,0	5,5

CHINA

	1970	1975	1980	1990	1995	2000
Índice de Liberdade Econômica			3,7	4,6	5,1	5,3
Tamanho do Governo: Gastos, Tributos e Empreendimentos Públicos	4,3	4,3	2,6	3,6	4,0	3,8
Gastos do Governo como percentual do PIB	8,6	8,6	5,3	5,9	6,1	5,5
Transferências e Subsídios como percentual do PIB						
Empreendimentos Públicos e Investimentos como percentual do PIB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Principais Taxas Marginais de Tributos				5,0	6,0	6,0
Estrutura Legal e Segurança dos Direitos de Propriedade				5,8	5,0	4,1
Independência do Sistema Judiciário					3,8	3,3
Tribunais Imparciais					4,9	4,2
Proteção à Propriedade Intelectual					4,2	3,2
Interferência Militar						3,3
Integridade no Sistema Legal					7,0	6,7
Moeda e Inflação	5,8	6,6	6,2	6,5	5,4	6,5
Média anual cresc monetário menos tx média cresc potencial PIB			6,0	8,1	6,1	8,6
Desvio padrão da tx anual de Inflação	8,4	9,7	9,5	8,9	8,1	7,6
Inflação anual recente	9,1	10,0	9,2	8,9	7,4	9,9
Liberdade de possuir ctas correntes em moeda estrangeira internamente e no exterior	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Restrições no Comércio Internacional			2,8	3,9	6,4	6,7
Tarifas no Comércio Internacional			3,2	3,2	3,9	7,2
Regulamentações e Barreiras no Comércio Internacional					4,6	6,0
Atual tamanho do setor comercial externo comparado com o esperado	0,0	2,0	2,9	7,4	10,0	9,8
Diferença entre taxa de câmbio oficial e a estabelecida pelo mercado negro	2,0	5,2	5,0	0,0	8,6	7,8
Restrições nas liberdades dos indivíduos em operações financeiras e de capital com o exterior	0,0	0,0	0,0	5,0	4,9	2,7
Regulamentação do Crédito, do Trabalho e dos Negócios	3,2	3,2	3,0	3,4	4,5	5,2
Regulamentações no Mercado de Crédito	0,0	0,0	0,0	0,0	4,6	5,4
Regulamentações no Mercado de Trabalho				3,2	4,5	4,7
Regulamentações nos Negócios					4,4	5,6

Bibliografia

FRIEDMAN, Milton. Capitalismo e Liberdade. Traduzido por Roberto Fendt. Revista Banco de Idéias número 22.

FRIEDMAN, Milton. Capitalism and Freedom. Chicago: University of Chicago Press, 1962.

FRIEDMAN, Milton. Money Mischief: Episodes in Monetary History. New York: Harcourt Brace Javanovich, 1992.

GWARTNEY, James D.; STROUP, Richard L. O Que Todos Deveriam Saber sobre Economia e Prosperidade. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994. 142 p.

GWARTNEY, James D.; LAWSON, Robert; BLOCK, Walter. Economic Freedom of the World, 1975-1995. Vancouver. 308 p.

HAYEK, Friedrich Von. O Caminho da Servidão. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1984.

MISES, Ludwig von. O Mercado. Rio de Janeiro: José Olympio: Instituto Liberal, 1987. 151 p.

MISES, Ludwig von. Ação Humana. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990. 872 p.

MISES, Ludwig von. Uma Crítica ao Intervencionismo. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1977. 184 p.

ROTHBARD, Murray. The Mystery of Banking. New York: Richard an Snyder, 1983.

ROTHBARD, Murray. What has Government done to our Money. San Rafael, CA: Libertarian Publishers, 1985.

SCHUMPETER, Joseph Alois. Business Cycles. EUA: McGraw Hill Book Company, 1939. 1075 p.

SMITH, Adam. Inquérito sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações. Londres, Fundação Calouste Gulbenkian, 1950.

STEWART Jr, Donald. O Que é o Liberalismo. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1988. 118p.

Sites Consultados:

: <[http:// www.undp.org](http://www.undp.org)> Acesso em: jul. 2003.

: <[http:// www.fraserinstitute.org](http://www.fraserinstitute.org)> Acesso em: jul. 2003.

: <[http:// www.freetheworld.com](http://www.freetheworld.com)> Acesso em: jul e ago. 2003.

: <[http:// www.worldbank.com](http://www.worldbank.com)> Acesso em: jul e ago. 2003.

: <[http:// www.institutoliberal.org.br](http://www.institutoliberal.org.br)> Acesso em: jul e ago. 2003.